

# CONVERGÊNCIA



- O "Homo Politicus" hoje
- O que está em jogo
- Religiosos e Leigos: Trabalho em rede e parcerias em vista da solidariedade
- A Formação: Um desafio para a vida inteira
- Traduzindo a Bíblia (no Brasil)



CRB

# Sumário

EDITORIAL .....	1
PALAVRA DO PAPA .....	4
INFORME CRB .....	11
ARTIGOS .....	15
O "Homo Politicus" hoje .....	15
RICARDO ANTONCICH, SJ	
O que está em jogo .....	23
IARA PIETRICOVSK	
Religiosos e Leigos: trabalho em rede e parcerias em vista da solidariedade .....	29
J. B. LIBANIO, SJ	
A Formação: um desafio para a vida inteira .....	41
VILMA MOREIRA, F.I.	
Traduzindo a Bíblia (no Brasil) .....	53
JOHAN KONINGS, SJ	

*A ilustração da capa da Convergência 2002 é uma cópia do painel da XIX Assembléia Geral da CRB (2001), do autor Anderson S. Pereira, MSC. O painel chama atenção para a importância e a atualidade da temática central da Assembléia: Tempo de sinais. Sinais dos tempos.*



## CONVERGÊNCIA

Revista mensal da Conferência dos Religiosos do Brasil - CRB

ISBN 0010-8162

### DIRETOR-RESPONSÁVEL:

Ir. Maris Bolsan, SDS

### REDATOR-RESPONSÁVEL:

Pe. Marcos de Lima, SDB  
(Reg. 12679/78)

### EQUIPE DE PROGRAMAÇÃO:

Coordenadora:  
Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

### Conselho Editorial:

Ir. Romi Auth, FSP  
Pe. Francisco Taborda, SJ  
Pe. Jaldemir Vitorio, SJ  
Pe. Cleto Caliman, SDB

### DIREÇÃO, REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Rua Alcindo Guanabara, 24/4º andar  
CEP 20038-900 - Rio de Janeiro - RJ  
Tel. (21) 2240-7299  
Fax (21) 2240-4486  
E-mail: crb@crbnacional.org.br

### PROJETO GRÁFICO E PRODUÇÃO:

LetraCapital Editora  
Av. Rio Branco 123/1106  
CEP 20040-005 - Rio de Janeiro - RJ  
Tel. (21) 2507-4258  
Fax (21) 2224-7071  
E-mail: letracapital@letracapital.com.br

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do PDF sob o n° P. 209/73

*Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.*

Assinatura	Brasil: R\$ 80,00
Anual	Exterior: US\$ 85.00 ou o correspondente em R\$ (Reais)
para 2002	Número avulsos: R\$ 8,00 ou US\$ 8.50

# Editorial

## Um mundo novo é possível!

O ano 2002 começa sob o impacto dos graves acontecimentos que abalaram o mundo, a partir dos últimos meses de 2001. O cenário mundial sofreu mudanças significativas com a escalada do terror e da violência. Como se disse então, estaríamos entrando finalmente no século XXI, mas pela porta errada, a do terrorismo, da guerra, dos ódios e conflitos, das ações bélicas de conseqüências imprevisíveis.

Esse clima generalizado de insegurança e de perplexidade coletiva está deixando muito claro que o mundo que se está construindo, sob a hegemonia quase absoluta do poder econômico, não se mostra capaz de conduzir as gerações presentes e futuras a condições de vida que respondam, efetivamente, aos anseios mais profundos da pessoa humana e da sociedade. Está, também, fazendo com que questões sempre tão decisivas como a paz mundial; o entendimento entre povos, culturas, etnias e religiões; o equilíbrio político e social no interior das nações e no nível internacional; o respeito à liberdade e à dignidade humana em todos os âmbitos do espaço geopolítico voltem a ser destaque na agenda "global".

O terrorismo sofisticado dos atentados recentes ou o terrorismo do dia a dia das nossas cidades, e até mesmo do

campo, bem como o terrorismo de Estado, está apontando para o paradoxo de um sistema que se pretende democrático, gerador de bem-estar social para todos, mas que, aberta ou subreticamente, é excludente, discriminatório, impositivo e dominador. E apontando, também, para a nossa dificuldade de seres humanos de conviver com as diferenças e a pluralidade.

Governos e Organizações Não Governamentais, universidades e movimentos populares, igrejas e grupos religiosos, instituições democráticas de natureza diversa, cada qual no seu nível de competência e na sua especificidade tratam de se posicionar diante do desafio da "nova" situação em que a história se viu e se vê mergulhada. E isso, com maior ou menor chance de acerto, conforme sejam sua visão dos fatos e seus interesses reais.

Uma radical mudança de rumo se impõe. Como afirma o sociólogo Cândido Grzybowki, "ao terror globalizado precisamos dar uma resposta globalizada no rumo da paz, com coragem e ousadia".

Como cidadãos e cidadãs deste mundo que aí está, religiosos e religiosas, somos convocados a assumir nossa responsabilidade comum nessa hora crucial da humanidade. Omitir-nos seria imper-

doável insensatez. A refundação da Vida Religiosa, em que estamos empenhados, passa também pela coerência do compromisso solidário com as grandes causas e os grandes desafios da história. Seguidores e seguidoras de Jesus, é preciso que façamos verdade nas nossas opções e nas nossas práticas a afirmação do Vaticano II: “nada há verdadeiramente humano que não encontre eco em seu coração” (GS, 1).

Ao longo deste ano de 2002, entre sombras de angústia e lampejos de esperança, é preciso que ousemos insistir, juntamente com todas as pessoas de boa vontade, nas chances históricas da Paz. Que ousemos reafirmar nossa crença no poder das decisões solidárias que visam o estabelecimento de uma sociedade Internacional do Direito e da Justiça, bem como o fortalecimento dos princípios de liberdade, de democracia e de equidade social. É preciso que passemos da reflexão e da indignação ética à ação articulada em rede e parcerias, no sentido de gerar ou apoiar políticas e estratégias construtivas de caminhos alternativos, de soluções dialogadas, para que o primado da Paz se instaure, efetivamente, nas nossas sociedades e no mundo.

A Revista Convergência, neste seu primeiro número de 2002, chega às comunidades religiosas no início da Quaresma, tempo propício para a reflexão, a oração, a tomada de decisões pessoais e coletivas, capazes de provocar “conversão”, ou seja, uma autêntica “reversão” de caminhos e metas na busca dos novos rumos que, hoje, se fazem urgentes, e que são mais condizentes com as grandes propostas do Reino de Deus. Percorrer esse “ca-

minho” com os ouvidos colados à realidade interpeladora de hoje supõe abrir mão de supostas conquistas e certezas; supõe audácia e, sobretudo, a decidida vontade de abrir-se às propostas do Espírito, sempre presente na realidade.

A nova ilustração da capa da Revista quer ser, ao longo do ano, uma “insistente memória” dos compromissos assumidos na XIX Assembléia Geral da CRB. Compromissos que apontam, precisamente, na direção da esperança, da escuta dos sinais dos tempos, da solidariedade e da busca de horizontes novos, visando a construção de um “mundo novo”, onde a Paz seja o fruto da justiça (Is 32, 17), e a Vida seja, de fato, o Valor maior a ser preservado e potenciado.

O artigo de Ricardo Antoncich, SJ – *O homo politicus* hoje – é de extrema atualidade. Partindo de uma iluminadora reflexão sobre o sentido do conceito de política, o autor apresenta a vocação dos leigos/as e dos religiosos/as a serem cidadãos e cidadãs responsáveis, dentro do momento histórico em que vivem. O texto tem uma sólida fundamentação teológica, articulada a partir dos eixos da encarnação do Verbo e do Reino de Deus, na sua dimensão histórica e escatológica. Com tal base teológica, o texto situa a questão da cidadania no contexto atual da história humana, com seus novos desafios. Segundo o autor, “o religioso, por vocação, está chamado a ter uma presença na política que deriva do seu próprio carisma”.

“O que está em jogo” – de Iara Pietricovsk – é um texto que analisa a situação mundial, após os atentados de 11 de setembro de 2001. A análise é ob-

jetiva e séria. Pesa a gravidade dos eventos e suas implicações para o presente e o futuro da humanidade. Com grande lucidez, a autora apresenta considerações que ajudam na adequada compreensão do que “está em jogo” nesta hora difícil e desafiadora. A convicção da autora, expressa no final do texto, tem a ousadia dos “profetas”: “Um mundo melhor, com certeza, é possível e está ao alcance de nossas mãos. A tragédia do dia 11 adiantou a urgência de adotarmos os novos caminhos”.

João Batista Libanio, SJ, no seu artigo – “Religiosos e leigos, trabalho em rede e parcerias em vista da solidariedade” – apresenta uma reflexão sugestiva e de grande alcance prático sobre o significado de uma ação conjunta e articulada entre religiosos e leigos na sociedade atual. O autor coloca a solidariedade como horizonte de compreensão da questão. Com a clarividência que lhe é própria, tece considerações grandemente esclarecedoras sobre o sentido da solidariedade como valor autônomo e absoluto. Mostra, em seguida, como entra, hoje, em jogo, na compreensão e na prática da solidariedade, um sobrevalor conjuntural, constituído pelas grandes linhas de força que articulam o cenário sócio-econômico do mundo globalizado, no qual a exclusão sob diversas formas é o fato maior. A partir dessas considerações, o texto aborda a questão, hoje de enorme relevância para a Vida Religiosa, do trabalho em rede e parcerias. Para o autor, coragem e discernimento são ingredientes indispensáveis nesta nova maneira de enfocar e levar adiante a missão.

“A formação, um desafio para a vida inteira” – é o sugestivo artigo de Vilma

Moreira, FI. A autora situa seu texto na perspectiva dos “marcos” da XIX Assembleia Geral da CRB, e, mais concretamente, na perspectiva do marco nº. 4, que versa sobre a formação e suas exigências no momento atual. Após uma breve retrospectiva histórica, o texto aborda questões atuais e de grande relevância, hoje, na formação, tais como: a atenção aos apelos da realidade; a presença profética nessa realidade; as grandes linhas inspiradoras de uma formação capaz de responder efetivamente aos desafios atuais. O texto conclui com uma série de indicações de caráter prático, muito aptas a iluminar as opções e decisões das comunidades religiosas no campo da formação. Religiosos e religiosas, sobretudo os que se ocupam mais diretamente da formação, encontrarão no texto um subsídio sugestivo e inspirador.

O artigo de Johan Konings, SJ, – “Traduzindo a Bíblia no Brasil” – pretende oferecer às Comunidades uma visão adequada do significado e da relevância da tradução da Bíblia, feita agora, aqui no Brasil, e que acaba de ser entregue às Igrejas particulares e ao povo em geral. O artigo é não só de muita atualidade, senão, também, de grande valor pedagógico e teológico-espiritual. Constitui um excelente subsídio para as comunidades, no sentido de fazer captar de maneira mais pertinente o “lugar” da Palavra de Deus na vida cristã, e da importância que nesse processo têm as traduções atualizadas e feitas com esmerado critério científico. O artigo está destinado tanto à formação e formação dos religiosos e religiosas, como também a potenciar o seu trabalho pastoral junto ao povo.



# Palavra do Papa

*Mensagem de sua Santidade João Paulo II para a celebração do Dia Mundial da Paz, 1º de janeiro de 2002*

## **Não há paz sem justiça. Não há justiça sem perdão.**

1. Este ano, o Dia Mundial da Paz é celebrado tendo como pano de fundo os dramáticos acontecimentos do passado dia 11 de Setembro. Naquele dia, foi perpetrado um crime de terrível gravidade: em poucos minutos milhares de pessoas inocentes, de várias procedências étnicas, foram horrorosamente massacradas. Desde então, por todo o mundo, as pessoas tomaram consciência, com nova intensidade, da sua vulnerabilidade pessoal e começaram a olhar o futuro com um sentido, jamais pressentido, de íntimo medo. Diante deste estado de ânimo, a Igreja deseja dar testemunho da sua esperança, baseada na convicção de que o mal, o *mysterium iniquitatis*, não tem a última palavra nas vicissitudes humanas. A história da salvação, delineada na Sagrada Escritura, projeta uma grande luz sobre toda a história do mundo ao mostrar como sobre ela vela sempre a solicitude misericordiosa e providente de Deus, que conhece os caminhos para sensibilizar mesmo os corações mais endurecidos, e alcançar bons frutos, mesmo de uma terra árida e

infecunda. Esta é a esperança que anima a Igreja no início do ano 2002: com a graça de Deus este mundo, no qual as forças do mal parecem uma vez mais triunfar, há de realmente transformar-se num mundo em que as aspirações mais nobres do coração humano poderão ser satisfeitas, num mundo onde prevalecerá a verdadeira paz.

### ***A paz: obra de justiça e amor***

2. Os recentes acontecimentos, com os terríveis fatos sangrentos aqui lembrados, estimularam-me retomar uma reflexão que freqüentemente brota do mais íntimo do meu coração, quando lembro os acontecimentos históricos que marcaram minha vida, especialmente nos anos da minha juventude.

Os indescritíveis sofrimentos de povos e indivíduos, vários deles meus amigos e conhecidos, causados pelos totalitarismos nazista e comunista, sempre interpelaram o meu espírito e motivaram a minha oração. Muitas vezes me detive a refletir nesta questão: *qual é o caminho que leva ao pleno restabelecimento da ordem moral e*

*social tão barbaramente violada? A convicção a que cheguei, raciocinando e confrontando com a Revelação bíblica, é de que não se restabelece cabalmente a ordem violada, senão conjugando mutuamente justiça e perdão. As colunas da verdadeira paz são a justiça e aquela forma particular de amor que é o perdão.*

3. Mas, nas circunstâncias atuais, pode-se falar de justiça e, ao mesmo tempo, de perdão como fontes e condições da paz? A minha resposta é que *se pode e se deve* falar, apesar da dificuldade que o assunto traz consigo, e da tendência de conceber a justiça e o perdão em termos alternativos. Mas o perdão opõe-se ao rancor e à vingança, não à justiça. Na realidade, a verdadeira paz é «obra da justiça» (Is 32,17). Como afirmou o Concílio Vaticano II, a paz é «fruto da ordem que o divino Criador estabeleceu para a sociedade humana, e que deve ser realizada pelos homens, sempre anelantes por uma mais perfeita justiça» (Const. past. *Gaudium et spes*, 78).

Há mais de quinze séculos, ressoa, na Igreja Católica, o ensinamento de Agostinho de Hipona, segundo o qual a paz, a ser conseguida com a colaboração de todos, consiste na *tranquillitas ordinis*, na tranqüilidade da ordem (cf. *De civitate Dei*, 19,13).

Por isso, a verdadeira paz é fruto da justiça, virtude moral e garantia legal que vela sobre o pleno respeito de direitos e deveres, e a equitativa distribuição de benefícios e encargos. Mas, como a justiça humana é sempre frágil e imperfeita, porque exposta como tal às limitações e aos egoísmos pessoais e de grupo, ela deve ser exercida, e de

certa maneira completada, com o *perdão que cura as feridas e restabelece em profundidade as relações humanas transtornadas*. Isto vale tanto para as tensões entre os indivíduos, como para as que se verificam em âmbito maior e mesmo as internacionais. O perdão não se opõe, de modo algum, à justiça, porque não consiste em diferir as legítimas exigências de reparação da ordem violada; mas visa, sobretudo, aquela plenitude de justiça que gera a tranqüilidade da ordem, a qual é bem mais do que uma frágil e provisória cessação das hostilidades, porque consiste na cura em profundidade das feridas que sangram nos corações. Para tal cura, ambas, justiça e perdão, são essenciais.

Estas são as duas dimensões da paz que desejo analisar nesta mensagem. O seu Dia Mundial oferece este ano, a toda a humanidade e de modo particular aos Chefes das Nações, a oportunidade de refletir sobre as exigências da justiça e sobre o apelo ao perdão diante dos graves problemas que continuam a afligir o mundo, dos quais, não por último, *o novo nível de violência introduzido pelo terrorismo organizado*.

### ***O fenômeno do terrorismo***

4. É precisamente a paz baseada na justiça e no perdão que, hoje, é atacada pelo terrorismo internacional. Nestes últimos anos, especialmente após o fim da guerra fria, o terrorismo transformou-se numa rede sofisticada de conluios políticos, técnicos e econômicos, que ultrapassa as fronteiras nacionais e se estende até abranger o mundo inteiro. Trata-se de verdadei-

ras organizações, dotadas freqüentemente de enormes recursos financeiros, que elaboram estratégias em vasta escala, atingindo pessoas inocentes, de forma alguma envolvidas nos objetivos que se propõem os terroristas.

Usando os seus mesmos sequazes como armas para atingir pessoas incautas e indefesas, essas organizações terroristas manifestam de modo assustador o instinto de morte que as alimenta. O terrorismo nasce do ódio e gera isolamento, desconfiança e retraimento. A violência atrai violência, numa trágica espiral que arrasta também as novas gerações, herdando elas assim o ódio causador das divisões precedentes. *O terrorismo baseia-se no desprezo pela vida do homem.* Precisamente por isso, dá origem não só a crimes intoleráveis, mas constitui em si, enquanto recorre ao terror como estratégia política e econômica, *um verdadeiro crime contra a humanidade.*

5. *Existe, portanto, um direito a defender-se do terrorismo.* É um direito que deve, como qualquer outro, obedecer a regras morais e jurídicas na escolha quer dos objetivos quer dos meios.

A identificação dos culpados deve ser devidamente provada, porque a responsabilidade penal é sempre pessoal, não podendo, por isso, ser estendida às nações, às etnias, às religiões a que pertencem os terroristas. A colaboração internacional na luta contra a atividade terrorista exige, também, um empenho particular do ponto de vista político, diplomático e econômico para resolver, com coragem e determinação, eventuais situações de opressão e marginalização que estejam na origem dos

objetivos terroristas. O recrutamento dos terroristas, de fato, é mais fácil em contextos sociais onde os direitos são espezinhados e as injustiças longamente toleradas.

No entanto, deve-se afirmar claramente que as injustiças existentes no mundo jamais podem ser invocadas como desculpa para justificar os atentados terroristas. Além disso, deve-se assinalar que, entre as vítimas da derrocada radical da ordem intentada pelos terroristas, incluem-se em primeiro lugar os milhões de homens e mulheres menos preparados para resistir ao colapso da solidariedade internacional. Refiro-me especificamente aos povos em vias de desenvolvimento, que já vivem no limite ínfimo da sobrevivência, e que seriam os mais dolorosamente atingidos pelo caos político e econômico global. A falsidade da pretensão que se arroga o terrorismo de agir em nome dos pobres é patente.

### ***Não se mata em nome de Deus!***

6. Quem mata, com atos terroristas, cultiva sentimentos de desprezo pela humanidade, manifestando desespero pela vida e pelo futuro: nesta perspectiva, tudo pode ser odiado e destruído.

O terrorista considera a verdade em que crê ou o sofrimento que padece tão absolutos que legitimam a sua reação de destruir inclusivamente vidas humanas inocentes. Por vezes, o terrorismo é filho de um *fundamentalismo* fanático, que nasce da convicção de poder impor a todos a aceitação da sua própria visão da verdade. Mas a verdade, uma vez alcançada — e isto verifica-se sempre de forma limitada e imperfeita — jamais pode ser imposta. O res-

peito pela consciência alheia, na qual se reflete a mesma imagem de Deus (cf. Gn 1,26-27), permite apenas propor a verdade ao outro, a quem compete depois acolhê-la responsabilmente. Pretender impor aos outros com violência aquela que se presume ser a verdade, significa violar a dignidade do ser humano e, em última instância, ultrajar a Deus, de quem ele é imagem. Por isso, o fanatismo fundamentalista é um comportamento radicalmente contrário à fé em Deus. Visto de outro modo, *o terrorismo instrumentaliza não somente o homem, mas também Deus*, acabando por fazer d'Ele um ídolo de que se serve para os seus próprios fins.

7. *Por isso, nenhum responsável das religiões pode ser indulgente para com o terrorismo e, muito menos, pregá-lo.* É profanação da religião proclamar-se terrorista em nome de Deus, cometer violência ao homem em nome de Deus. A violência terrorista é contrária à fé em Deus Criador do homem, em Deus que cuida e ama o homem. E de modo particular, ela é totalmente contrária à fé em Cristo Senhor, que ensinou os seus discípulos a rezar: «Perdoai-nos as nossas ofensas, *assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido*» (Mt 6,12). Seguindo a doutrina e o exemplo de Jesus, os cristãos estão convencidos de que usar de misericórdia significa viver plenamente a verdade da nossa vida: podemos e devemos ser misericordiosos, porque usou de misericórdia para conosco um Deus que é Amor misericordioso (cf. 1 Jo 4,7-12). Aquele que nos redime mediante o seu ingresso na história e, através do drama da Sexta-feira Santa, prepara a vitória do dia de Páscoa, é um Deus de

misericórdia e de perdão (cf. Sal 103 (102),3-4,10-13).

Aos que O criticavam por comer com os pecadores, Jesus assim se exprimiu: «Ide aprender o que significa: prefiro a misericórdia ao sacrifício. Porque não vim chamar os justos, mas os pecadores» (Mt 9,13). Os seguidores de Cristo, batizados na sua morte e ressurreição, devem ser sempre homens e mulheres de misericórdia e de perdão.

### *A necessidade do perdão*

8. *Mas o que significa concretamente perdoar? E perdoar por quê?* Uma dissertação sobre o perdão não pode ignorar estas questões. Retomando uma reflexão que já tive ocasião de oferecer no Dia Mundial da Paz de 1997 («Oferece o perdão, recebe a paz»), desejo recordar que o perdão, antes de ser um fato social, tem a sua sede no coração de cada um. Somente na medida em que se afirmam uma ética e uma cultura do perdão, é que se pode esperar uma «política do perdão», expressa em comportamentos sociais e instrumentos jurídicos, nos quais a mesma justiça assuma um rosto mais humano.

Na verdade, o perdão é primariamente uma decisão pessoal, uma opção do coração que vai de encontro ao instinto espontâneo de devolver o mal com o mal. Tal opção tem o seu termo de comparação no amor de Deus, que nos acolhe apesar do nosso pecado, e o seu modelo supremo no perdão de Cristo que do alto da cruz rezou: «Perdoa-lhes, ó Pai, porque não sabem o que fazem» (Lc 23,34).

O perdão tem pois uma raiz e uma medida divinas. Isto, porém, não ex-

clui que se possa acolher o seu valor também à luz de considerações humanas razoáveis. A primeira delas deriva da experiência que o ser humano vive em si próprio quando comete o mal: ele percebe, então, da sua fragilidade e deseja que os outros sejam indulgentes para com ele. Deste modo porque não fazer aos outros aquilo que cada um espera que seja feito a si próprio? Cada ser humano abriga dentro de si a esperança de poder retomar o percurso da vida sem ficar para sempre prisioneiro dos próprios erros e culpas. Sonha poder levantar de novo o olhar para o futuro, para descobrir ainda perspectivas de confiança e empenho.

9. Como ato humano, o perdão é, antes de mais, uma iniciativa individual do sujeito na sua relação com os seus semelhantes. Porém, a pessoa tem uma dimensão social essencial, que lhe permite estabelecer uma rede de relações com a qual se exprime a si mesma: infelizmente não só para o bem, mas também para o mal. Conseqüentemente, o perdão torna-se *necessário também a nível social*. As famílias, os grupos, os Estados, a mesma Comunidade internacional, necessitam de abrir-se ao perdão para restaurar os laços interrompidos, superar situações estereis de mútua condenação, vencer a tentação de excluir os outros, negando-lhes a possibilidade de apelo. *A capacidade de perdão está na base de cada projeto de uma sociedade futura mais justa e solidária.*

Pelo contrário, a falta de perdão, especialmente quando alimenta o prolongamento de conflitos, supõe custos enormes para o desenvolvimento dos povos. Os recursos são destinados para

manter a corrida aos armamentos, as despesas de guerra, as conseqüências das represálias econômicas. Acabam, assim, por faltar os recursos financeiros necessários para gerar desenvolvimento, paz e justiça. Quantos sofrimentos padece a humanidade por não saber reconciliar-se, e quantos atrasos por não saber perdoar! *A paz é a condição do desenvolvimento, mas uma verdadeira paz torna-se possível somente com o perdão.*

### *O perdão, estrada mestra*

10. A proposta do perdão não é de imediata compreensão nem de fácil aceitação; é uma mensagem de certo modo paradoxal. De fato, o perdão implica sempre uma *aparente* perda a curto prazo, mas garante, a longo prazo, um lucro *real*. Com a violência é exatamente o contrário: opta-se por um lucro de vencimento imediato, mas prepara para depois uma perda real e permanente. À primeira vista, o perdão poderia parecer uma fraqueza, mas não: tanto para ser concedido quanto para ser aceite, supõe uma força espiritual e uma coragem moral a toda a prova. Em vez de humilhar a pessoa, o perdão leva-a a um humanismo mais pleno e mais rico, capaz de refletir em si um raio do esplendor do Criador.

O ministério que realizo ao serviço do Evangelho faz-me sentir vivamente o dever, e dá-me, por sua vez, a força, de insistir sobre a necessidade do perdão. É o que faço hoje, animado pela esperança de poder suscitar reflexões serenas e maduras que levem a *uma renovação geral nos corações das pessoas e nas relações entre os povos da terra.*

11. Ao meditar sobre o tema do perdão, não é possível deixar de recordar algumas trágicas situações de conflito, que há demasiado tempo alimentam ódios profundos e dilacerantes, com a conseqüente espiral de tragédias pessoais e coletivas sem fim. Refiro-me, particularmente, àquilo que sucede na Terra Santa, lugar bendito e sagrado do encontro de Deus com os homens, lugar da vida, morte e ressurreição de Jesus, o Príncipe da paz.

A delicada situação internacional põe em destaque, com vigor renovado, a urgência da solução do conflito árabe-israelita, que perdura há mais de cinquenta anos, oscilando em fases mais ou menos agudas. O contínuo recurso a atos de terrorismo ou de guerra, que agravam a situação de todos e ensombram as perspectivas, deve dar finalmente lugar a uma negociação definitiva. Os direitos e as exigências de cada um poderão ser levados em devida consideração e contemplados equitativamente, se e quando prevalecer em todos a vontade de justiça e de reconciliação. Dirijo, novamente, àqueles amados povos o veemente convite a que se empenhem por uma nova era de mútuo respeito e colaboração construtiva.

### *Compreensão e cooperação inter-religiosa*

12. Nesse grande esforço, os líderes religiosos têm uma responsabilidade específica. As confissões cristãs e as grandes religiões da humanidade devem colaborar entre si para eliminar as causas sociais e culturais do terrorismo, ensinando a grandeza e a dignidade da pessoa e incentivando *uma mai-*

*or consciência da unidade do gênero humano.* Trata-se de um campo concreto do diálogo e da colaboração ecumênica e inter-religiosa, colocando as religiões ao serviço da paz entre os povos.

De modo particular, estou convencido de que os líderes religiosos judeus, cristãos e muçulmanos devem tomar a iniciativa da pública condenação do terrorismo, recusando toda a forma de legitimação religiosa ou moral a quem dele participa.

13. Testemunhando unanimemente a verdade moral de que o assassinio deliberado do inocente é sempre um pecado grave, em toda a parte e sem exceções, os líderes religiosos do mundo favorecerão a formação de uma opinião pública moralmente correta. Este é o pressuposto necessário para a edificação de uma sociedade internacional capaz de procurar a tranquilidade da ordem, na justiça e na liberdade.

Um compromisso nesta linha por parte das religiões não deixará de conduzir à *estrada do perdão*, que leva à recíproca compreensão, ao respeito e à confiança. O serviço que as religiões podem prestar em prol da paz e contra o terrorismo consiste, precisamente, na *pedagogia do perdão*, porque o homem que perdoa ou pede perdão entende que existe uma Verdade maior do que ele e, acolhendo-a, consegue ele mesmo transcender-se a si próprio.

### *Oração pela paz*

14. Precisamente por este motivo, a oração pela paz não é um elemento que «vem depois» do empenho pela paz. Pelo contrário, está no âmago do esforço para a edificação de uma paz na

ordem, na justiça e na liberdade. Orar pela paz significa abrir o coração humano à irrupção da força renovadora de Deus. Com a força vivificadora da sua graça, Ele pode criar oportunidades para a paz, mesmo onde pareça que existam somente obstáculos e retraimento; pode reforçar e ampliar a solidariedade da família humana, apesar de velhas histórias de divisões e lutas. Orar pela paz significa rezar pela justiça, por um reto ordenamento no âmbito das Nações e nas relações entre elas. Quer dizer, também, rezar pela liberdade, especialmente pela liberdade religiosa, que é um direito humano e civil fundamental de cada indivíduo. Orar pela paz significa rezar para alcançar o perdão de Deus e, ao mesmo tempo, crescer na coragem de que necessita quem, por sua vez, quer perdoar as ofensas sofridas.

Por todos estes motivos, convidei os representantes das religiões do mundo para virem a Assis, a cidade de São Francisco, no próximo dia 24 de Janeiro, rezar pela paz. Deste modo, queremos mostrar que o genuíno sentimento religioso é uma fonte inesgotável de mútuo respeito e de harmonia entre os povos: antes, nele reside o principal antídoto contra a violência e os conflitos. Neste tempo de grave preocupação, a família humana necessita que lhe sejam recordadas as razões seguras da nossa esperança. É isto mesmo que queremos proclamar em Assis, *pedido a Deus Onipotente* — conforme a sugestiva expressão atribuída ao mesmo São Francisco — *que faça de nós um instrumento da sua paz.*

15. *Não há paz sem justiça, não há justiça sem perdão:* eis o que quero

anunciar nesta Mensagem a crentes e não crentes, aos homens e mulheres de boa vontade, que apontam no bem da família humana e o seu futuro.

*Não há paz sem justiça, não há justiça sem perdão:* é o que quero lembrar aos que detêm as sortes das comunidades humanas, para que nas suas graves e difíceis decisões, se deixem sempre guiar pela luz do verdadeiro bem do homem, na perspectiva do bem comum.

*Não há paz sem justiça, não há justiça sem perdão:* não me cansarei de repetir esta advertência a todos os que, por uma razão ou por outra, cultivam dentro de si ódio, desejo de vingança, propósitos de destruição.

Neste Dia da Paz, suba mais intensa no coração de todo o crente a prece por cada uma das vítimas do terrorismo, pelas suas famílias atingidas tragicamente, e por todos os povos que o terrorismo e a guerra continuam a ferir e a transtornar. Nem sejam excluídos do raio de luz da nossa oração aqueles que ofendem gravemente Deus e o homem, através desses atos desumanos: seja-lhes concedido entrar em si próprios e tomar consciência do mal que fazem, abandonando qualquer propósito de violência e procurando o perdão. Possa a família humana, nestes tempos tormentosos, encontrar paz verdadeira e duradoura, aquela paz que só pode nascer do encontro da justiça com a misericórdia!

Vaticano, 8 de Dezembro de 2001

*Joannes Paulus n. II*

# Informe CRB

## 1. Confederação Latinoamericana de Religiosos XXXIV Junta Diretiva

*Mensagem final para todos os irmãos e irmãs da América Latina e do Caribe*

A Junta Diretiva da CLAR, reunida em Trinidad Tobago, foi acolhida com afeto pelos irmãos e irmãs da Conferência de Religiosos e Religiosas das Antilhas (CRA). A presidente, ir. Carolee Chanona, rsm, deu as boas vindas aos participantes, e ressaltou a fé e a alegria desses povos caribenhos, sua hospitalidade, solidariedade, unidade na variedade de suas culturas, sua música, dança e sentido de festa.

Essas ilhas caribenhas, paraíso turístico para os ricos do mundo, vivem, no entanto, as feridas da pobreza, emigração, miséria, exploração e incerteza, conseqüências de políticas sócio-econômicas injustas e desumanas.

A complexidade das ilhas, com povos, línguas e culturas diferentes, nos leva ao texto do documento de Santo Domingo: "América Latina e Caribe configuram um continente multi-étnico e pluricultural. Em geral, nele convivem povos aborígenes, afro-americanos, mestiços e descendentes de europeus e asiáticos, cada um com sua própria cultura e com sua respectiva identidade social..." (DSD Conclusões 244).

O primeiro objetivo deste encontro foi recolher as experiências vividas até hoje, nas conferências nacionais, e pela presidência da CLAR, no que se refere ao CAMINHO DE EMAÚS. Irmã Carmen Margarita Fagot, rscj, presidente da CLAR, ao iniciar esse processo de reflexão, nos transmitiu um convite: "Vamos nos deixar surpreender pelo Espírito". E isso aconteceu, pois nesse tempo experimentamos um processo dinamizador que vai ajudando a refundação da vida religiosa a se tornar práxis. Houve tempo de parar no caminho e escutar o que o Ressuscitado ia falando para nós, e o reconhecemos no clamor de nossos povos em crescente pobreza, e com novos rostos de exclusão.

Entrando numa segunda etapa, queremos continuar realizando esse CAMINHO DE EMAÚS como um processo de sensibilização. Estamos conscientes de que esse itinerário exige tempo, já que não é uma tarefa a ser cumprida, mas um caminho a percorrer, sensíveis à novidade que o Espírito deseja suscitar em nós.

Trata-se, agora, de adquirir um olhar novo sobre a realidade, isto é, sobre os grandes sinais do presente com suas interpelações e desafios. O Senhor quer continuar a construir, também nesta história, algo novo.

Estamos reconhecendo Jesus na fração do pão, e queremos voltar a Jerusalém do Século 21 para anunciar a alegria do Senhor ressuscitado e vivo no meio de nós.

A partir de uma memória agradecida, e em fidelidade criativa, nos perguntamos: O quê mais o Senhor está pedindo à vida religiosa da América Latina e do Caribe? Como aproveitar melhor nossa influência social para a paz e a justiça? Como estar mais presente nos diversos setores da cultura e da sociedade, onde germinam os valores, e é necessária a presença urgente do Evangelho?

Retomaremos com novo impulso as cinco linhas inspiradoras da CLAR: a renovada opção pelos pobres; a espiritualidade encarnada, inculturada e libertadora; a mulher e o feminino; os jovens e a nova eclesialidade, desses espaços pode-se contemplar os sinais dos tempos e oferecer uma resposta audaciosa e profética.

Em outro momento do encontro, irmã Maria Flores, map, e padre Emigdio Cuesta, svd, comunicaram-nos o projeto AFRO CLAR. Depois de uma pequena memória histórica, convidaram cada conferência a dar passos significativos em vista do reconhecimento da presença afro em nossos países e comunidades, e a suscitar uma reflexão que valorize e respeite a identidade própria desses povos. Para todos e todas, é um desafio acolher, ani-

mar e acompanhar esse projeto, que nasce pequeno, no estilo de Jesus de Nazaré, porém, está chamado a oferecer frutos para uma vida religiosa que se embeleza pela contribuição de todas as culturas.

Também fomos desafiados e desafiadas pelo projeto da Pastoral da Criança, apresentado pela irmã Maria Eugenia de la Arena, rscj. Esse projeto tenta enfrentar o flagelo da desnutrição infantil e a fome no mundo, através de uma metodologia integradora, e uma ação educativa que atinge famílias e comunidades. Ecoou em nossos corações a frase de Jesus: “vim para que tenham vida e vida em abundância” (Jo 10,10), e nos sentimos impelidos e impelidas a nos comprometer com a construção da cultura da Vida.

A visita do Senhor Nuncio Apostólico, Monsenhor Emil Paul Tscherrig, nos animou a viver o espírito missionário da Igreja; o Senhor Arcebispo de Trinidad, Edward Joseph Gilbert, partilhou conosco sua experiência pastoral, e louvou com afeto a vida religiosa; a mensagem do padre Eusébio Hernández, oar, secretário da CIVCSVA, nos convidou a viver a espiritualidade eucarística no CAMINHO DE EMAÚS.

Nesses momentos de violência, de guerra, de incertezas, Isaías, o profeta do Advento, nos motiva a sermos construtores da paz, e nos promete: “De suas espadas eles fabricarão enxadas, e de suas lanças farão foices. Nenhuma nação pegará em armas contra outra, e ninguém vai se treinar para a guerra.” (Is 2,4). Temos a certeza de que nem o

terrorismo nem a guerra são os caminhos para solucionar os conflitos da humanidade.

Desejamos a vocês um Feliz Natal, e, junto ao presépio de Belém, com Maria e José, renovaremos o seguimen-

to de Jesus na esperança de que Deus continua fazendo novas todas as coisas, também nestes tempos.

*Arima, Trinidad Tobago,  
3 a 7 de dezembro de 2001.*

## 2. Diálogo entre Católicos e Muçulmanos

Pio XII, no dia 03 de agosto de 1946, foi o primeiro Papa a receber, em 1300 anos de história do islamismo, uma delegação árabe-muçulmana. Dezenove anos mais tarde, em 28 de outubro de 1965, o Concílio Vaticano II promulgou a Declaração *Nostra Aetate*, sobre as relações da Igreja com as religiões não-cristãs. O documento, sem precedentes na história da Igreja, conferiu um grande impulso ao diálogo com os seguidores de outras religiões, entre elas, o islamismo. Nele, chama a atenção a nova maneira como a Igreja vê os muçulmanos (nº 3).

A Declaração procura descobrir o que há de comum entre os muçulmanos e a fé cristã: a crença em um Deus uno, misericordioso e onipotente, criador do céu e da terra, que falou aos homens; a veneração a Jesus como profeta, e de Maria, sua Virgem Mãe, a quem invocam com devoção; a espera do dia do juízo, quando Deus retribuirá as boas obras a todos os ressuscitados. Além dessas verdades de fé que a une aos muçulmanos, a Igreja preza os valores morais defendidos pelo Islã e as práticas religiosas com as quais rende culto a Deus onipotente.

A partir do Concílio Vaticano II, o diálogo da Igreja com os muçulmanos não mais se interrompeu. Ao contrário, vem-se intensificando.

No âmbito da Igreja, foi criado o Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-Religioso. O órgão, há mais de trinta anos, envia uma mensagem aos muçulmanos no encerramento do Ramadã, mês sagrado em que se dedicam ao jejum e a outras práticas religiosas, como a oração e a esmola. No ano em curso, em 6 de maio, pela primeira vez um papa visitou uma mesquita, a grande mesquita Omayyde, em Damasco.

A Igreja não ignora as discordâncias e a oposição que existiram, por longo período, entre cristãos e muçulmanos e está ciente de que, no contexto globalizado atual, o anúncio do Evangelho, acompanhado do testemunho da fé, tornou-se inseparável do diálogo ecumênico e inter-religioso. Sabe também que é preciso purificar a memória por meio do perdão e da compreensão mútua, a fim de se libertar dos preconceitos e ressentimentos do passado. “A reiterada vingança mortífera deve ser substituída pela novidade libertadora do perdão” (João Paulo II, Mensagem

para o Ano Novo de 1997). Insistindo na necessidade de entendimento, João Paulo II, na visita a Damasco, convidou cristãos e muçulmanos a pedirem perdão ao Onipotente por todas as vezes que se ofenderam uns aos outros, e a oferecerem o perdão mutuamente. Formulou votos para que o diálogo entre a Igreja Católica e o Islã avance e que as discórdias, inimizades e oposição que existiram entre as duas religiões, no passado, sejam superadas e caminhem em boa parceria e para o bem da família humana. Referindo-se ao ano de 2001, proclamado pelas Nações Unidas como o “Ano Internacional do Diálogo entre as Civilizações”, João Paulo II manifestou a esperança de que “as duas grandes comunidades religiosas vivam em diálogo respeitoso, e nunca mais como comunidades em conflito. Que aos jovens sejam ensinados os modos de respeitar e compreender, de maneira a não serem orientados para fazer mau uso da própria religião, promovendo ou justificando o ódio e a violência. A violência destrói a imagem do Criador nas suas criaturas e jamais deveria ser considerada como fruto das convicções religiosas”.

Com o propósito de levar adiante o diálogo com os muçulmanos, conforme desejo de João Paulo II, a Presidência da CNBB dirigiu carta aos bispos do Brasil, em 26 de setembro último, solicitando-lhes que procurem conhecer a comunidade muçulmana em suas

dioceses; que ofereçam ajuda aos necessitados de outras religiões; que criem instrumentos de diálogo entre a comunidade católica e a muçulmana; que promovam entre as pessoas o conhecimento da religião e da cultura islâmica; que incentivem a formação de grupos “Fraternidade Cristã-Islâmica”; e, onde possível, criem “Fraternidades Abraâmicas” entre judeus, cristãos e muçulmanos, assim denominadas pelo fato de essas três religiões terem a mesma origem em Abraão.

Os atos terroristas ocorridos em 11 de setembro último, durante o “Ano Internacional do Diálogo entre as Civilizações”, interpelam a consciência de todos e de cada um. Convocam os cristãos e os seguidores de outras religiões, no atual contexto globalizado e caracterizado pelo pluralismo étnico, cultural e religioso, a superar toda forma de intolerância religiosa e proselitismo, pois o fanatismo, o ódio e o terrorismo profanam o nome de Deus e desfiguram a autêntica imagem do homem (João Paulo II, viagem apostólica ao Cazaquistão, Encontro com os Representantes do Mundo da Cultura, da Arte e da Ciência do Cazaquistão, 24 de setembro de 2001). Aqueles atos convidam-nos, sobretudo, à urgente tarefa de construirmos, por meio do diálogo, uma civilização de amor e de paz.

*Dom Raymundo Damasceno Assis*

Bispo Auxiliar de Brasília

Secretário-Geral da CNBB

## O "Homo Politicus" hoje

RICARDO ANTONCICH, S J

O tema da política tem diversos sentidos na história; desde a *polis* grega na qual somente os homens livres – nem as mulheres nem os escravos – tinham direitos políticos, até a emergência dos estados modernos. Há, pois, uma longa história da consciência de que a política é direito e dever de todos os cidadãos, é expressão da vida racional humana na convivência de um povo.

As características do compromisso político configuram-se segundo os contextos históricos. Daí a pergunta imperativa: num mundo em que se absolutiza o capital e o neoliberalismo o que significa ser cidadão hoje? Qual é nossa contribuição, como Vida Religiosa, para os cidadãos desta *polis*?

A resposta a estas perguntas leva-nos às fontes do Evangelho. Para os cristãos, a política oscila entre o dever de dar a Deus o que é de Deus (pela fé), e a César o que é de César (pela natureza política humana). A dicotomia não é tão simples como parece, porque é evidente que quando César reclama alguma coisa que deve ser dada a Deus, a fidelidade a Deus ocupa o primeiro lugar absoluto e é preciso negar a César o que ele pede, ainda que as conseqüências sejam a própria pena de

morte. Este valor fundamental do Evangelho de que não se pode servir a dois senhores, a Deus ou às riquezas (o capital), ou ao poder (que se justifica com a ideologia do neoliberalismo) nos delimita a questão.

No fundo, para o crente, também a política deve ser assumida dentro do *que deve ser dado a Deus*, num duplo sentido: Deus coloca limites ao poder político, e Deus exige que vivamos em consciência nossos deveres cidadãos; anima, portanto, "desde dentro" nossa vida política como um chamado divino para viver uma situação humana.

### ***I. Vocação de leigos e religiosos para serem cidadãos responsáveis***

A história da igreja teve muitas experiências da presença ou ausência dos cristãos na política, e em todos os estados da vida cristã, não somente leiga, mas também religiosa e sacerdotal. Não faltam bispos ou cardeais que tiveram, historicamente, clara função política. Limitar, hoje, aos leigos o compromisso político partidário pode ter sentido desde que se entenda o motivo e a maneira do compromisso partidário.

O motivo é o leigo ser sinal de presença eclesial na transformação direta e

técnica da política. A maneira é pela dedicação, em certo sentido profissional, a deveres públicos de representação e governo da cidade. Em contraposição a esta limitação, entende-se que o religioso é sinal de presença eclesial no campo dos valores do Reino de Deus, que exercem, desde a plenitude escatológica, uma função crítica sobre as realizações históricas. É evidente que, mesmo sem exercer diretamente funções políticas, esta função crítica pode ser também transformadora da sociedade, não no sentido técnico, mas ético. O religioso, por vocação, está chamado a ter uma presença na política que deriva de seu próprio carisma.

## *II. Pela Encarnação, o Filho de Deus é membro de um povo*

Toda a Igreja, entretanto, como Esposa de Cristo, tem que estar identificada com a vida, ensinamentos e mistério pascal de Cristo, o Esposo. A referência permanente tem que ser a vida e pessoa de Jesus de Nazaré, o Filho de Deus, e esta referência última tem que medir o acerto ou desacerto com que se interpretam os avanços e retrocessos da própria história da Igreja.

Voltando o olhar para Jesus de Nazaré, em quem reconhecemos o Filho de Deus feito carne no seio de Maria, e entregue por ela à história de um povo, começamos a observar alguns traços de muita importância.

A “encarnação” não foi somente dar um “corpo”, uma “carne” ao Verbo de Deus, mas foi permitir-lhe, por ela, entrar em comunhão com a história de um povo, fortemente marcado pela teocracia judia, para entender essa mesma história como unidade de ações

humanas e de presença divina. Um povo a quem as conquistas sucessivas privaram da liberdade, e em quem via uma latente uma grande aspiração de independência, de ser “senhores” da terra – promessa de Deus – e não simplesmente habitantes dela, em situação de opressão política. A independência frente a Roma tinha, para os judeus, o caráter de uma “dívida” de Deus dada às mesmas promessas com as quais Ele havia se comprometido. Não teria sentido sair da escravidão do Egito para terminar na escravidão de Roma.

E, entretanto, o povo judeu conheceu durante certo tempo a liberdade e o domínio de sua terra. Mas não existiu fidelidade ao Deus que os arrancou da escravidão para convertê-lo em sinal diante de todos os povos, quer dizer, sinal e paradigma de relações humanas baseada na justiça, no direito, no culto a Deus e no trabalho que domina a terra. Houve exploração do irmão pelo irmão, houve juízes injustos, existiram profanações do culto, não somente por invocar os ídolos, mas, também, por encobrir com atos de culto os atos de injustiça. A voz permanente que recordava “o que tinha que dar a Deus” era a dos profetas, mas foram silenciados e mortos, pelos que, em seu momento, quiseram “dar a César” o que este reclamava sem ter direito algum: ter poder absoluto sobre as pessoas e as coisas. Alguns reis escutaram a voz do profeta, como Davi que se arrepende do assassinato de Urias para roubar-lhe a mulher, mas não todos.

No contexto desta história, cujos matices perdemos na distância do tempo, mas que constituem a trama quotidiana da “vida política de Jesus”, podemos

definir melhor o que a Igreja, sua Esposa, tem que fazer no momento atual.

Viver uma dupla dialética: história-escatologia, particularidade de uma nação-universalidade de toda a humanidade.

O “estar no mundo” sem “ser do mundo” impõe uma tensão permanente na vida de cada cristão e da comunidade eclesial. Por “estar” nos corresponde uma série de deveres e direitos que nascem de nossa cidadania, num país concreto, particular e dentro da história; por “não ser” estamos chamados a pôr a nossa presença e compromisso em horizontes mais absolutos: o escatológico, o universal da humanidade.

### *III. O Reino de Deus como presença na história e transcendência escatológica.*

Jesus é condenado por ter anunciado o Reino de Deus. Isto é, o que Ele fez foi desvirtuado, lido, interpretado pelas paixões do poder do mundo de então.

O Reino de “Deus” tem já uma novidade no mesmo Deus a quem Jesus anuncia: “o Pai de Jesus”. Conhecer esta relação é fundamental porque nela descansa o cristianismo; e esta relação é irreconhecível a não ser pelo Espírito.

Desde o estrito monoteísmo, israelita é perfeitamente compreensível o escândalo, o horror dessa mensagem, que desvirtuava aparentemente a tradição religiosa do povo eleito. Mas Jesus se remete exatamente às mesmas provas que haviam estruturado passo a passo a fé de Israel: as obras divinas. A fé israelita expressa-se não por um “credo” de fórmulas dogmáticas, mas por um “relato” do que Javé fez pelo povo

com o qual quis estar sempre.

Entretanto, as obras têm que ser “visitas” como tais. Não basta ter sentidos nem objetos sensíveis para que se dê a visão. Se não há luz, a mera existência de objetos visíveis e do sentido da vista são ainda mera situação “potencial”, mas não real. Por isso, João joga com a luz e as trevas, com os cegos físicos e os cegos do espírito (Jo 3,16-19; 9). As mesmas obras não somente não são reconhecidas como sinais de Deus, mas também podem ser perversamente interpretadas como sinais de Satanás. As “más obras” que estão no coração humano não somente cegam os olhos para não ver, mas também iniciam mecanismos de “expulsão” da luz, de assassinato e morte daquele que ilumina o sentido dos reinos humanos desde o Reino de Deus.

É necessário compreender que a paixão e morte de Jesus se dão, nas circunstâncias históricas, como um drama de aceitação e repúdio da mensagem do Reino de Deus. Se isto fosse uma realidade exclusivamente escatológica, não levaria nenhuma de suas testemunhas à morte porque não ameaça qualquer poder da história. O que o torna “perigoso” para os poderosos deste mundo é que este reino reclame “presença histórica”, que seja já aqui e para agora.

E aqui se dá o hábil jogo dos poderes religiosos que se sentiam muito mais ameaçados pelo fato de que este reino fosse “o de Deus”, mas de um Deus que não era o mesmo de seus esquemas. Por isso intencionalmente apresentam Jesus não como um perturbador religioso, mas político, como um subversivo da ordem

estabelecida. Traslada o acento do perigo a partir da palavra “Deus” para a palavra “Reino”, afim de conseguir uma condenação do poder político.

O ministério de Jesus, sua pregação do Reino foi, pois, apresentado como um ato político, porque anunciava as “exigências de Deus”, diante das quais não podia haver “exigências de César”, e onde não cabia a fácil escapatória de distinguir a fé da política.

Os atos de todos os cristãos devem ser iluminados desde o seguimento deste Jesus incluídos os da vida política e os que expressam o dever de cidadãos, que, também, corresponde aos religiosos. Este dado antecede a qualquer outra distinção de funções entre os membros da Igreja. Voltemos à genial intuição do Concílio Vaticano II, de entender toda a Igreja como povo e, dentro dele, as diferentes funções e carismas. A Igreja entendida como Povo tem suas raízes no Antigo Testamento, onde o povo é também representado como Esposa. Toda ela, com todos os seus membros, deve olhar Cristo, sua vida e seu exemplo, para redefinir em cada época da história seus compromissos políticos. E todos os membros do povo eclesial continuam sendo, também, cidadãos de suas respectivas nações.

Desta maneira, o sentido do homo, do ser humano, se enriquece quando, pela Encarnação, Deus entra na humanidade; porque se é essencial para esta humanidade a dimensão política, também o será para essa humanidade concreta de Jesus de Nazaré, onde Deus se encarnou; e a referência ao modo como Jesus vive sua história política nos dará pistas para iluminar nossa própria vida política hoje.

Se a grande utopia de Deus, de uma terra de homens e mulheres livres, arrancados da escravidão e chamados à liberdade, teve que ser re-elaborada uma infinidade de vezes, é, precisamente porque nenhuma realidade histórica a esgota, nem a encarna adequadamente.

As “obras” de Jesus de Nazaré, também na política, estão limitadas pelo espaço e pelo tempo, mas estão plenas do Espírito de Deus. Compete a nós “reler essas obras e ensinamentos” descobrindo o Espírito que levou a dizer isto ou aquilo nesse momento e lugar, para fazer e dizer isto ou aquilo neste momento da história. Desta maneira, entre tantas, o “Espírito nos explica o que Jesus havia ensinado”, isto é, “desdobra” as infinitas possibilidades de frutos históricos da semente plantada por Jesus em nossa terra.

#### *IV. A política como tensão do particular de um povo e a universalidade da humanidade.*

Olhar o exemplo de Jesus é mais simples quando se trata da tensão entre história e escatologia: estamos chamados a ser profetas que recordam o Reino como a grande utopia de Deus para seus filhos.

Mas já não é tão fácil quando nos situamos no contexto atual com seus novos desafios. O absoluto do capital e do neoliberalismo não nos é imposto como o do despotismo de um governo totalitário, com todos os seus mecanismos de repressão. É o sistema mundial, a economia globalizada de mercado que decide os caminhos políticos. A mais pura democracia, que possa eleger um governante verdadeiramente querido por seu povo, é impotente di-

ante das contradições econômicas impostas pelo mercado globalizado (como já experimentamos pelas imposições dos bancos e financeiras internacionais). Este poder ou impede a eleição de um governante identificado com os interesses dos mais pobres, dos que sofrem, dos excluídos, ou a controla, limita e ainda suprime, depois de torná-la frágil, ineficaz, incapaz de frear as justas reclamações populares. E tudo isto por mecanismos tais como desanimar os investimentos do exterior, ou negando os empréstimos necessários para as mudanças políticas e econômicas. O poder econômico tem, permanentemente, o poder mais terrível: a fuga massiva de capital diante de qualquer medida que limite as exigências de ganâncias absolutas do capital, ou que atrase o pagamento da dívida externa. É um poder que pende como espada de Dâmocles na cabeça de todo um povo.

Como viver nossas responsabilidades cidadãs, quando o bem comum que está em jogo não é já o de uma nação, mas o de todo um continente do terceiro mundo? Como entender a política como dever e como direito ante esta outra tensão, desta vez não já entre história-escatologia, mas dentro da mesma história, entre a particularidade de um povo e a universalidade de todos os povos?

Paradoxalmente, entretanto, não estão tão longe as duas tensões, e a universalidade de toda a humanidade se expressa “sacramentalmente” na debilidade dos excluídos. Dizer “sim” para a humanidade inteira é dizer “sim” para aquele que está “fora de nosso mundo” por sua raça, religião, país, gêne-

ro, etc. Quando Jesus quer ser reconhecido nos pobres, está indicando que a realidade de um povo não se faz sem eles, e que o encontro com Deus também não se faz sem eles.

O escatológico como suprema unidade, quebradas todas as barreiras que nos dividem (em Cristo não há gregos nem judeus, ricos nem pobres, homens nem mulheres) é a do Reino realizado plenamente porque o Pai encontra todos os seus filhos reunidos; por isso, o horizonte universal do bem de todos se impõe como horizonte de juízo e valor, para entender a legitimidade do bem comum particular de uma nação ou de um povo, assim como dentro deste, para legitimidade do bem de uma classe frente a outra, de um grupo humano frente a outro.

A ação humana tem uma característica: move-se dentro de um processo dialético no qual a decisão singular (o que devo fazer aqui e agora), tem que se enquadrar necessariamente em uma situação, isto é, em coordenadas de espaço e de tempo que são absolutamente únicas (daí a singularidade do ato), já que num mesmo espaço cabe uma infinidade de tempos, e em um tempo uma infinidade de espaços.

O poder incrível dos meios de comunicação de fazer-nos viver em uns breves instantes a mesma experiência humana, em muitíssimos espaços geograficamente separados, e de apresentar-nos, num mesmo espetáculo, as reconstruções históricas dos tempos mais longínquos, é um ato que mostra a capacidade da tecnologia de fazer-nos viver “visualmente” coisas que sabíamos de forma abstrata.

A particularidade da situação é um

horizonte mais amplo para a ação singular. Os momentos individuais de decisões se tecem em histórias de povos e de culturas de consciência de direitos e deveres, de representações do “bem comum” para uma nação. Mas há o perigo de que estas representações estejam marcadas por egoísmos coletivos. A história recente mostra-nos muitos casos onde “os interesses de minha nação poderosa” implicam violar os “interesses da outra nação débil”; onde a “segurança de uns” é causa da “insegurança de outros”. O egoísmo humano é tão reprovável nos indivíduos quanto nas nações; entretanto, nas nações é mais difícil detectá-lo e denunciá-lo: racismos que discriminam migrações de países pobres... – quantos tristes exemplos nos estão oferecendo alguns países da culta e civilizada Europa! – carreiras armamentistas que servem somente para sustentar as indústrias, bélicas; – a mais rentável e sustentada de todas as indústrias, enquanto não existir uma cultura da paz.

Estes são alguns pequenos exemplos, entre outros, que nos dizem que ser cidadão, hoje, não é somente organizar uma convivência pacífica no território nacional, mas em todo mundo, porque será preciso iniciar ações contra mentalidades bélicas ou racistas que estão dentro de nossa própria nação, e que, pouco a pouco, podem ser convertidas em ameaça para outras nações, ou raças.

Conforme nos aproximamos dos valores do Evangelho, descobrimos que já não são temas de políticas partidárias, mas de consensos de vida cidadã: onde a manifestação de nosso dever cidadão como religiosos, de viver respon-

savelmente diante do bem comum, pode alcançar formas de presença pública que não supõem identificar-se com uma proposta partidária, mas com um valor universal, reconhecido na letra, e não na prática de nossos povos.

Creio que todos estes direitos convergem em uma palavra querida por muitos e temida por outros: a palavra “pobre”. Quando é recusada como “ideologia”, reconhece-se implicitamente que não é um valor universal: quando um partido pode se arrojar em ser defensor dos pobres é porque tristemente outros partidos renunciaram a defendê-los. Os direitos dos pobres devem ser defendidos por todos. Com dor temos que reconhecer que, na própria Igreja, os argumentos de “ideologização” foram enormemente eficazes para silenciar um valor claramente evangélico.

O capital absolutizado e o neoliberalismo não têm em sua agenda como objetivo prioritário o dos direitos dos pobres; creio que é aí que se deve marcar a diferença com a vida religiosa. Estes direitos devem ser defendidos prioritariamente e configurar, portanto, nossa presença cidadã na política.

Por isso, a modo de síntese, gostaria de retomar as duas tensões mencionadas: história-escatologia e particularidade nacional-universalidade humana. O Filho de Deus que se encarna na nossa história nos diz que o reconhecemos nos pobres. Há aí o jogo das transcendências: a do Absoluto diante do mundo, e a das marginalizações sociais construídas por nossa mente humana. Há duas barreiras de nossa razão que é preciso atravessar. Com nossa razão não podemos saltar a barreira que

divide o finito do infinito, mas com nossa razão, convertida por um coração sensível e tocado pelo Espírito, sim, podemos saltar a barreira construída por nossa própria razão para dividir-nos, distinguir-nos, desprezar e oprimir outros gêneros, povos, cultos, etc.

O tema da política é particularmente denso porque nos fala de responsabilidades cidadãs, isto é, de uma sociedade civil organizada que assume por si mesma o direito e dever de contribuir para o bem comum, que é também responsabilidade do Estado. E a apaixonante tarefa de construir nossa morada humana pode fazer-nos esquecer a morada definitiva. Nossa fé nos diz que o modo de viver a eternidade é utopia, mas também fonte de inspiração de nossa construção terrena. Que o “faça-se na terra a vontade de Deus como se faz no céu “ significa, antes de tudo, que as pessoas humanas devem aprender a conviver como as divinas onde há distinção mas, ao mesmo tempo, unidade, porque existe o Espírito que une o diferente e que distingue o único, porque é vida que circula entre as pessoas.

Mas a tensão história-escatologia remete-nos à outra de particularidade-universalidade, já que o universal somente está presente em nosso espírito como “abstração” da particularidade imediata que percebemos com toda a clareza. Por isso é fácil, ainda para os estados e nações totalitárias, manejar uma linguagem de afirmação de valores universais e subscrever tratados de defesa dos direitos humanos.

O humano se dá na dialética da singularidade de cada decisão consciente que reflita, por uma parte, valores uni-

versais, mas por outra, encarnado em situações particulares. E é curioso que a mesma palavra “encarnação” sirva para resolver a tensão da dialética universal-particular e a dialética entre história e escatologia. O Verbo se faz carne na história por um corpo; a idéia (universal) se faz carne na história por um gesto, por uma ação; e como todo corpo e todo gesto, há contextos nos quais se vive e nos quais o gesto significa comunicação.

Para a Vida Religiosa na América Latina, o ser sinais da escatologia na história, e da universalidade de valores na particularidade de nossas histórias nacionais, coincide com o tipo de ações que devem ser reveladoras dos valores evangélicos. Em poucos lugares encontramos tão claramente identificados os valores como em Mateus, cap. 25, ao realizar o encontro com Cristo nos pobres.

Com duas perguntas, iniciamos nossa reflexão: num mundo em que se absolutiza o capital e o neoliberalismo, que significa ser cidadãos hoje? Qual é nossa contribuição como Vida Religiosa, afirmando que somos cidadãos desta polis? Pelo exposto aqui, torna-se mais clara nossa contribuição, como à de denunciar o grande esquecimento produzido pelo capital e pelo neoliberalismo: o mundo dos pobres; e a de anunciar aos pobres que estamos com eles, solidários em suas buscas, compartilhando seus sofrimentos e elaborando a partir deles e com eles nossa presença cidadã. Os conceitos parecem mais claros: limitava-se à militância partidária, mas não pode se limitar à profissão pública dos valores do Evangelho: a paz, a justiça, a verdade, os

direitos dos pobres, suas exigências de viver com dignidade sua vocação humana e cristã.

Pode parecer “novidade” que uma reflexão sobre um contexto novo (o da globalização econômica) termine com uma já velha aspiração (a opção pelos pobres), mas o que sucede é que a “novidade” não faz senão manifestar com maior clareza e urgência o que estava sempre em tal opção, porque não era “por uns e contra outros” como o propugna toda luta de classes (seja a que os poderosos exercitam desde cima, ou os oprimidos desde baixo), senão o reconhecimento por todos de

que, na particularidade de defender o pobre, estamos afirmando a universalidade de defender todo ser humano, inclusive em situação de pobre.

Para o crente, para o religioso, esta opção cidadã é também uma opção de espiritualidade, porque é encontro com Cristo e, portanto, encontra-se dentro do dinamismo de sua própria vocação e carisma.

---

*Ricardo Antoncich, SJ é Teólogo, Professor de Filosofia na Escola Superior “Antonio Ruiz de Montoya”, Lima, Peru. Autor de várias obras publicadas sobre Teologia da Vida Religiosa.*

*Tradução de Eliana Teles Horta*

**QUESTÕES PARA  
AJUDAR A LEITURA  
INDIVIDUAL OU  
O DEBATE EM  
COMUNIDADE**

- 1 Como entender legitimamente o dar a Deus e a César o que corresponde a cada um?
- 2 Como entender a tensão entre fidelidade cidadã ao próprio povo e solidariedade universal com toda a humanidade?
- 3 Como e porque estas duas tensões se unem e confundem numa só?
- 4 Em que sentido a expressão “encontrar Cristo nos pobres” expressa as duas tensões e ao mesmo tempo a unidade entre espiritualidade de vida religiosa e compromisso de vida cidadã?

# O que está em jogo

IARA PIETRICOVSK

*Quero agradecer especialmente a Allan Madsen, além dos companheiros do Inesc: Adriana Ramos, Maria Lúcia Jaime e Jair Barbosa Jr. pelos comentários que enriqueceram minhas idéias e reflexões.*

Passado o estado de catatonia em que tantos de nós mergulhamos desde o fatídico dia 11 de setembro, permanece a perplexidade diante das repercussões do abominável ato terrorista que atingiu o World Trade Center, em Nova Iorque, e o Pentágono, em Washington. Foi, de fato, um duro golpe contra os cânones do capitalismo mundial, o poder econômico e o poder militar. Mas, igualmente, foi atingida a concepção ocidental de sociedade aberta e democrática, fundada nos direitos civis e na liberdade e responsabilidade individuais.

Foi dramática a nossa progressiva tomada de consciência: não se tratava de um trágico e espetacular acidente aéreo, mas de um ato terrorista. O fato começou a se delinear em nossas mentes pouco a pouco, quadro a quadro, na seqüência e na repetição das imagens na televisão. Como num videogame, veio a explosão da primeira torre; em seguida, o segundo avião penetrou a torre vizinha.

Antes que pudéssemos nos recuperar do choque e processar os fatos em nosso cérebro, um terceiro avião atinge o Pentágono. Adicionalmente, a informação sobre o quarto aparelho

destruído em pleno vôo na Filadélfia, depois da reação de seus passageiros. Todos o aviões estavam lotados de pessoas inocentes que, em desespero, buscaram suas famílias por meio de telefones celulares. Cenas de total terror vistas, ao vivo, em todo o mundo.

Em boa parte do mundo, seguiram-se o medo, a insegurança, a raiva, o sentimento de revolta, a vontade da retaliação imediata. Percorremos escalas sem fim de emoções e sentimentos disparatados diante da brutalidade da agressão – absolutamente insana, mas friamente calculada. Foi preciso tempo para que a poeira começasse a baixar, permitindo-nos, aos poucos, reencontrar nossos elos de humanidade e racionalidade.

Os fatos permanecem longe da nossa inteira compreensão. Muitas explicações vieram à tona, muitas interpretações, muitas análises. Cada uma tentando dar conta de um aspecto, de uma perspectiva, com abordagens as mais diversas, mas sempre insuficientes frente à enormidade e profundidade do fato.

Penso que muito tempo de nossas vidas e de nossa história será gasto antes que cheguemos a um entendimento mais claro desse ataque, das suas dimen-

sões e das novas questões e oportunidades que estão colocadas em jogo. Não podemos ficar imunes a tudo isso. Mais que nunca se torna urgente o engajamento no debate, e a atuação efetiva em busca de soluções que revertam os danosos efeitos da guerra.

O conservadorismo norte-americano se ergueu com a rapidez e a grandiosidade exibidos nos filmes de Hollywood. Como se as imagens, em si, não fossem o bastante, a CNN impôs a adição de fundo musical e exortação à guerra em paralelo à conclamação por uma atitude solidária. De um lado, milhares de pessoas sofrendo, morrendo, chorando, o desespero instalado pelo terror. De outro, a solidariedade, a disciplina e a vontade de reconstrução, permeadas por apelos patrióticos e proclamações de superioridade da nação americana. Tudo ao som de “God bless America”. Esses excessos ufanistas sempre me confundem, de onde quer que venham.

Mas , quem comandou essa atrocidade? A ação terrorista partiu de um fundo do poço islâmico. E produziu, em nós, uma viagem virtual ao fundo do poço ocidental, até a parte mais obscura da nossa cultura ocidental, capitalista acima de tudo, libertária, impositiva e pautada nos valores judaico-cristãos.

O povo norte-americano, num primeiro momento, galvanizou-se em prol de uma imediata resposta bélica à ação terrorista. O presidente George W. Bush arrebatou a opinião pública ao proclamar que “esta guerra nós vamos vencer”. Como nunca, a causa parecia justa. O povo norte-americano fora ferido em seu poder, sua segurança e auto-estima.

Ao lado disso, fomos confrontados por imagens de palestinos comemorando o feito terrorista. De outros pontos do mundo brotou a percepção de que, em certa medida, os EUA estavam sendo vítimas de seus próprios atos e políticas frente ao mundo e, em especial, àquela região do planeta. Raciocínios binários pulularam.

Pessoas, em diferentes lugares do mundo, sentiram-se vingadas pela ação terrorista. Para elas, tratava-se de uma expedição punitiva contra as desigualdades sociais, patrocinadas por um capitalismo financeiro sem freios e por políticas macroeconômicas, impostas por países ricos e pelas instituições de “Bretton Wodds”, que têm nos EUA o seu principal mentor e líder financeiro.

Torrentes de e-mails circularam exibindo dados sobre contrastes sociais, contabilizando milhões de seres humanos mortos em decorrência de carências desumanas, supostamente provocadas por dívidas externas, políticas do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional.

São alegações tão fáceis quanto falaciosas. Somos presas frágeis do nosso maniqueísmo. Não se trata simplesmente de uma disputa entre o bem e o mal, entre opressor e oprimido.

Para a maioria dos seres humanos, abrem-se as cortinas para um novo universo étnico e cultural, imensamente mais complexo do que a gasta identidade árabe/palestina versus judeus faz supor. Um universo de insuspeitada diversidade e riqueza cultural, mas com um pano de fundo comum de fundamentalismo religioso e cegueira ideológica. Um palco de tragédias humanas, ignoradas pelas potências ociden-

tais, enquanto ocorriam em seus próprios bastidores. Tragédias que, quando não ignoradas, muitas vezes foram usadas pelo Ocidente para justificar o exercício da força em nome de princípios hegemônicos.

Ao entrar em contato com a cultura islâmica, percebemos que ela traz seus “pecados” contra a concepção ocidental de liberdade e direitos humanos<sup>1</sup>. Há um evidente choque de culturas a ser mediado e não eliminado por meio de guerra.

Com o passar do tempo, opiniões mais sensíveis começam a ser veiculadas pela mídia. Sentimentos radicais e obscurantistas abrem espaço para abordagens mais qualificadas e menos sectárias ou monolíticas. O mundo começa a se confrontar com uma enorme quantidade de novas informações sobre quem são os terroristas em questão. E mais que isso, foram abertas as comportas de informação para o Ocidente sobre a realidade do mundo islâmico, para além das questões relativas à disputa entre israelenses e palestinos. Um mundo intrincado e complexo, que faz brotar sentimentos de reverência e abominação.

O cidadão comum do mundo ocidental está sendo afogado por imagens e informações sobre atrocidades contra o ser humano que também são comuns no mundo islâmico. Milhares de crianças, homens e mulheres, sendo

despojados de suas casas, seres famintos, errantes e despossuídos da sua própria terra. São aspectos decorrentes da estrutura de poder dos próprios países do mundo árabe e muçulmano e de suas políticas discriminatórias e fechadas, que tantas vezes foram insufladas pelos interesses e pela anuência das nações poderosas do Ocidente. Geraram pobreza, miséria e desigualdades sociais muito comuns em nosso mundo também – América Latina e África são exemplos.

No afã de entender o que estava acontecendo, passei a ler tudo o que encontrei sobre o tema. Meu sentimento maior, até o momento, é de medo. Medo decorrente da perda do sentido básico de segurança e da liberdade.

O que faz com que seres humanos sejam terroristas? O que faz com que se arroguem o direito de matar milhares de pessoas inocentes sem razão clara? E mais que isto, medo de que os valores pelos quais lutamos por centenas de anos – direitos humanos e valores relacionados à liberdade e à democracia – estejam sendo colocados em cheque.

Salman Rushdie, em artigo publicado no jornal O Globo, em 3 de outubro (“Como derrotar os terroristas”), relatou uma preocupação que já havia expressado um ano antes, em texto onde dizia que: “viver nos piores cenários pintados pelos especialistas seria entregar de bandeja muitas de nos-

<sup>1</sup> Segundo o Dicionário de Aurélio Buarque de Holanda, a palavra fundamentalismo se refere à ortodoxia de doutrinas religiosas e cita como exemplos, em especial, o islamismo e grupos protestantes dos EUA, depois da 1ª Guerra Mundial, porque ambos enfatizam a interpretação literal das escrituras. No caso do Islamismo existe a crença de que a revivência do mundo islâmico virá apenas através da volta aos costumes tradicionais e à prática religiosa do antigo Islã, especialmente a volta a uma sociedade nos moldes da comunidade do séc. VII, estabelecida por Maomé em Medina, governada pela sharia (q. v.), e com o suporte, se necessário, do jihad (q. v.), e, sobretudo, dando ênfase à interpretação literal do Alcorão para a conservação da identidade cultural e como reação à ocidentalização do povo islâmico.

sas liberdades aos invisíveis guerreiros-sombra do mundo secreto. Democracia requer visibilidade... e na luta entre a segurança e a liberdade devemos sempre errar ao lado da liberdade. No dia 11 de setembro, no entanto, o pior cenário se tornou realidade.”

Não há justificativa plausível para o ato de terror, não há razão ou sentimento que possam isentar terroristas de punição.

O que distingue estes dois mundos? O mundo ocidental, em seus princípios fundamentais, estabeleceu o conceito de direito à vida, acima de qualquer coisa. É nesta vida que temos que buscar a realização e a felicidade. Nenhum ser humano pode invocar para si o direito da vida ou da morte de outros seres humanos. Ao lado disso, está a noção de liberdade, liberdade de escolha e livre arbítrio.

O ato terrorista, e suas conseqüências, coloca algumas questões fundamentais sobre nossa existência, sobre os rumos do mundo ocidental e sobre os valores que estão em jogo. Não existem respostas únicas nem explicações fáceis. A realidade fica mais complexa a cada dia, o que deve fazer com que fujamos da explicação fácil e simplista, O caso é mais sério do que nossa vã imaginação pode aventar.

O cientista político Sérgio Abranches<sup>2</sup> lembra dois aspectos que considero importantes. São eles: “estamos diante de fenômenos complexos, multidimensionais, resultantes de um processo causal intrincado, de muitas causas....O segundo ponto, é que naquele evento não há um lado totalmen-

te certo nem totalmente errado. A busca de mocinhos e bandidos pode acabar tomando por bandido quem não é, e criando mocinhos de fancaria.”

Um exemplo de resposta fácil é associar o ato terrorista às conseqüências das políticas macroeconômicas históricas, adotadas pelos países hegemônicos, e que vêm causando o acirramento da desigualdade social; ou às políticas invisíveis dos tempos de guerra fria, que levaram à implantação de ditaduras militares na América Latina, por exemplo. Nada disso justifica ou explica o ataque.

Não que a questão das desigualdades causadas pelo capitalismo internacional não seja importante. Elas merecem o nosso repúdio. Esta é uma luta que continua. O que não podemos perder são os conteúdos pelos quais lutamos e que incluem o fim das injustiças sociais. Estes conteúdos estão pautados em direitos, tolerância e justiça. Buscar, nestes aspectos, a explicação e a justificativa para o ato terrorista é tornar qualquer solução inviável, o que não contribui para o amadurecimento da democracia.

Qual será, então, o diagnóstico? O que está em jogo? Quais são as possíveis oportunidades que podem transformar esse terrível fato em fortalecimento dos direitos humanos e em novos paradigmas de sustentabilidade e equidade entre os seres humanos e os povos?

O diagnóstico geral que os articulistas e especialistas vêm apontando é de um quadro econômico recessivo, e de uma tendência à militarização das ações dos Estados, fundadas nas premissas da necessidade de garantir segurança e exterminar o terrorismo. Existe uma

<sup>2</sup> <http://abranches.No.com.br> – artigo do site NO.COM intitulado: História Instantânea de 3 de outubro de 2001.

forte crença de que haverá uma consolidação das teses mais conservadoras e a construção de alianças entre as nações pautadas mais pelo caráter militar do que político.

Está sendo construída uma aliança entre os EUA, União Européia, Rússia, Japão e China. Todos fazem parte do conjunto de países vítimas históricas do terrorismo que se propagou de forma eficiente e diversa pelo mundo. O perigo da militarização é o cerceamento das liberdades democráticas. O terrorismo pode ser o elemento que faltava para uma nova onda conservadora que passe a justificar medidas bélicas totalmente aleatórias.

O que está em jogo é a democracia, seus valores e os direitos construídos e consagrados dentro dela. O direito à diversidade, os direitos civis, os direitos dos povos indígenas, à diversidade religiosa, o direito das mulheres, das crianças e adolescentes, dos homossexuais, dos portadores de deficiência física e mental, o direito de ir e vir, de pensar e expressar idéias sem medo de ser mutilado ou assassinado.

No já mencionado artigo, Salman Rushdie mostra que o fundamentalismo islâmico está pautado na crença de que o mundo ocidental não tem valores ou, se os tem, são aqueles expressos pelos hambúrgueres, calças jeans, coca-cola, etc. Primeiro, é preciso ter claro que o mundo ocidental não se reduz aos EUA. Segundo, temos valores, sim, e eles se expressam com muita clareza nos direitos humano, social, cultural, econômico e ambiental, consagrados em nossas constituições; nos sistemas políticos multipartidários, no sufrágio universal, no controle social

sobre as ações governamentais – enfim, no Estado de Direito.

Mas, mesmo se consideramos os EUA, enquanto povo e não seu governo, não podemos deixar de reconhecer seu papel fundamental na conquista das liberdades e dos direitos humanos no mundo contemporâneo. Como diz Gerald Thomas, em artigo no *Jornal do Brasil*, de 6 de outubro, “É a Idade Média que você quer?”, se referindo às declarações do poeta Chacal elogiosas ao ataque terrorista nos EUA: “Odiar os EUA é um direito legal de cada um. Acho uma pena, no caso desse recalcado poeta, que ele confunda os Estados Unidos governo, com os Estados Unidos que tudo conquistaram na área da modernidade e das causas sociais (“gay liberation”, a contracultura dos beatniks da qual o Chacal é filho, os hippies, o rock da rebeldia, a arte da rebeldia em geral, a “women’s liberation”, etc.). Da mesma forma, achar que todo o mundo islâmico se reduz aos Talibans, ou a lideranças assassinas do tipo Osama Bin Laden, é um erro imperdoável.

Não há dúvida de que estamos sendo levados a nos confrontar com nossas fragilidades e nossa incompetência em dar soluções equânimes para os problemas dos diversos povos da terra. O continente africano, a miséria que grassa pelos países da América Latina, Ásia – a lógica econômica que prevalece é rude, desumana e perpetuadora das desigualdades. A pobreza material e a marginalidade geram o ambiente favorável para que o fundamentalismo e a violência se desenvolvam. Daí para o terrorismo, um passo curto.

Temos que nos rever internamente,

viajar por nossas entranhas e construir um outro mundo. Temos que refletir profundamente sobre nossas próprias misérias, sobre o aprofundamento da desigualdade no nosso mundo, que vem impondo condições sub-humanas a milhões de pessoas. Todos somos mocinhos e vilões. Mas como fazer com que o melhor de nossos sentimentos e racionalidades sejam os valores que orientem nossas relações?

Neste sentido, parece que a perplexidade e a tensão que vivemos hoje podem se transformar numa grande oportunidade para uma volta aos valores humanísticos em nossas decisões comerciais e econômicas. Que a diversidade seja respeitada, e que cada cultura tenha acesso ao conhecimento e aos bens produzidos para o benefício da humanidade. Mas, que seja dada a liberdade para que cada povo traduza sua própria democracia. Essa equação é base para um novo mundo.

Segundo Jean-Christophe Cambadélis, em artigo escrito para o "Le Monde", de 2 de outubro, esta é uma oportunidade de trazer a política ao comando das relações entre os povos e indivíduos. É no âmbito da política que são fixados os valores e os sentidos morais e éticos. As soluções que deverão

ser encontradas têm que estar fundadas em caminhos que respeitem os direitos, a liberdade. Os canais devem ser aqueles que promovam o debate exaustivo para a construção de consenso e ações pacíficas. Parece-me que, em nossas estruturas, a Organização das Nações Unidas (ONU) é a instância legítima para isso. Nunca a busca por canais institucionais foram tão estratégicos e imprescindíveis como agora.

Creio, inclusive, que a sociedade civil, organizada através das ONGs, dos movimentos sociais, dos sindicatos, dos partidos políticos, têm uma missão fundamental neste momento: fortalecer, na sua prática política, os princípios de liberdade e de democracia. Continuar em sua luta contra a desigualdade, contra o terrorismo, mas cada vez mais pautados na crença inabalável de que o único caminho é o da equidade material, espiritual, de gênero, de raça, de religião, de orientação sexual, de culturas... Um mundo melhor, com certeza, é possível, e está ao alcance de nossas mãos. A tragédia do dia 11 adiantou a urgência de adotarmos os novos caminhos.

---

*Iara Pietricovsk, Antropóloga. Atriz. Assessora de Política Internacional do INESC.  
(Transcrito de Argumento 06: Paz, o desafio. Coleção de artigos. INESC, organizador)*

**QUESTÕES PARA  
AJUDAR A LEITURA  
INDIVIDUAL OU  
O DEBATE EM  
COMUNIDADE**

- 1 Como comunidade refletimos sobre os acontecimentos do 11 de setembro/2001?
- 2 Que compromissos de vida e missão essa reflexão nos fez assumir?
- 3 Que fazemos, pessoal e comunitariamente, para adiantarmos a "urgência de adotarmos os novos caminhos" que façam possível um mundo novo?

# Religiosos e Leigos: trabalho em rede e parcerias em vista da solidariedade

J. B. LIBANIO, SJ

*O título do artigo oferece o horizonte de compreensão: a solidariedade.*

*Escolhe os sujeitos para realizá-la: os religiosos. Não no interior de sua vida comunitária ou congregacional, mas na sua relação com os leigos. Seleciona as formas concretas para levar à frente tal colaboração: trabalho em rede e parcerias.*

## ***1. Horizonte da solidariedade***

Tema assaz recorrente nos últimos anos. A Campanha da Fraternidade, independentemente do tema escolhido, entende-se a partir da solidariedade. É sua alma. Fraternidade soa solidariedade. Cada ano, a Igreja do Brasil investe, durante a quaresma, suas energias pastorais numa maratona solidária, prolongando-a pelo ano inteiro. Os objetos do cuidado pastoral variam, mas a intencionalidade principal é sempre a mesma.

### **a. Solidariedade: valor autônomo e absoluto**

Solidariedade é um valor autônomo e absoluto. Não depende de circunstâncias históricas. Não nasce de uma conjuntura concreta. Funda-se na própria natureza humana. Afirmção necessitada de explicação mais aprofundada.

Uma leitura filosófica, não sem influência do Cristianismo, interpreta o ser humano como alguém estruturalmente aberto ao outro. Chama a atenção para a sua dimensão espiritual. Espírito é, por excelência, abertura à

Transcendência<sup>1</sup>. E esta é apreendida na realidade concreta do outro irmão. A solidariedade realiza, portanto, essa estrutura básica da pessoa humana.

O ser humano vive em sociedade. Somente aí consegue existir. Tão carente, frágil, incompleto que, sem a ajuda de outros humanos não resistiria viver. Difere fundamentalmente do animal. Uma solidariedade mínima faz-se condição absolutamente imprescindível para a existência humana.

O dado psicobiológico da carência do ser humano está a pedir solidariedade. A psicologia profunda não se cansa de repetir a importância do envolvimento afetivo dos pais em relação à estruturação sadia da criança.

Quanto mais a sociedade se complexifica, mais as pessoas necessitam de outras para sobreviverem. A complicação crescente da vida moderna deixamos indefesos de tal modo que requisitamos continuamente a ajuda alheia. Analisando nosso cotidiano, damos conta da rede gigantesca de pessoas em ação para que demos um passo.

Para que um pedaço de pão chegue à

<sup>1</sup> H. Cl. de Lima Vaz, *Antropologia filosófica*, I., São Paulo, Loyola, 1991, p. 201-237.

mesa de nossa casa quantas pessoas foram necessárias desde a semeadura do trigo até a fabricação do pão. Não conseguimos nem imaginar essa cadeia. E quanto mais sofisticado for o bem em questão, mais gente se envolve para que ele venha até as nossas mãos.

Cabe naturalmente uma outra análise, até mesmo oposta, que encontrou na clássica expressão “mão invisível” de Adam Smith (1723-1790), uma explicação egoísta para esclarecer a “aparente solidariedade”. No fundo, cada um busca satisfazer seu interesse próprio e termina por beneficiar toda a sociedade. Retoma numa versão de interesse egoísta, que promove o bem comum, a idéia antes defendida por B. Mandeville na fábula das abelhas, publicada entre 1714 e 1729, segundo a qual os vícios privados geram virtudes públicas<sup>2</sup>. Na confluência dos egoísmos brota a virtude ilusoriamente solidária.

Esta análise nega a dimensão fundamental do ser humano para a solidariedade. Prefere ler a trama da realidade social como um resultado não procurado, não intencionado solidariamente, mas casualmente produzido pela busca individualista e egocêntrica das pessoas. A partir dessa leitura antropológica o ideal solidário não passa de ilusão ou de interesse camuflado. Melhor deixar que cada um busque seus próprios interesses e esperar daí surgir algum benefício para todos.

Em termos bem atuais, é a tese cen-

tral do neoliberalismo quando atribui ao mercado este poder mágico<sup>3</sup>. Ele é a melhor fonte de conhecimento, de produção e circulação de bens de modo que todos se beneficiam dessa cadeia.

Acrescente-se a tal interpretação um dado recorrente em setores da psicologia comportamentista e da etologia. O ser humano é analisado muito mais a partir de seus comportamentos animais, que não são solidários. O primeiro, no ser humano, não seria a solidariedade, mas o instinto fundamental de defesa, de sobrevivência tão forte no animal – “struggle for life” de Darwin – que persiste no ser humano por causa de sua origem animal. E a solidariedade seria fruto de enorme esforço cultural e religioso que seria patrimônio de minorias. Primeiro está “cada um por si”, e só depois surge o espírito solidário.

Num momento de autocrítica, H. Assmann refere-se à “antropologia equivocada” que desconhece que “os humanos não somos naturalmente solidários com o conjunto da espécie. Nossa abertura solidária se restringe a um círculo assustadoramente pequeno de pessoas”. É “miragem”, diz o autor citado, contar com “uma espécie de pendor natural dos humanos para a convivência solidária,” esquecendo da “história da estupidez e da crueldade humana”<sup>4</sup>.

Ao afirmar-se que a solidariedade é valor autônomo, intenta-se precisamente dizer que ela é dado cultural e

<sup>2</sup> B. Mandeville, *La fabula de las abejas o los vicios privados hacen la prosperidad pública*, México, Fondo de Cultura Económica, 1982, cit. por: J. Mo Sung, *Teologia e economia. Repensando a Teologia da Libertação e utopias*, Petrópolis, Vozes, 1994, p. 175.

<sup>3</sup> J. Mo Sung, *Deus numa economia sem coração. Pobreza e neoliberalismo: um desafio à evangelização*, São Paulo, Paulinas, 1992

<sup>4</sup> H. Assmann, *Por uma teologia humanamente saudável. Fragmentos de memória pessoal*, in L. C. Susin, org., *O mar se abriu. Trinta anos de teologia na América Latina*, São Paulo, SOTER/Loyola, 2000, p. 121.

não da natureza animal do ser humano. O grupalismo que se manifesta em animais pertence a todo outro gênero de consideração. Só o ser humano é solidário.

Talvez seja mais exato entender que a solidariedade nasce da própria natureza humana no sentido de que o ser humano, ao longo da história, foi desenvolvendo uma percepção social de si, não sem fundamento na sua condição psicobiológica de carência, como alguém cuja realização psicoafetiva, espiritual se dá em relações solidárias.

Ao afirmar o caráter absoluto, não se quer negar a sua descoberta histórica. Mas uma vez feita, percebe-se que tal valor faz parte de nosso próprio existir humano e, sem ela, a vida humana torna-se um inferno.

A teologia cristã oferece elementos para as duas leituras. Conforme maior acento que se der a um ponto que a outro, permitir-se-á fazer prevalecer uma delas. Dois temas teológicos resumem as duas faces da realidade humana de in-solidariedade e de solidariedade: pecado e graça.

A teologia cristã, na sua longa tradição, recebeu críticas muito mais pelo seu lado negativo de carregar sobre o pecado do que pela ingenuidade romântica, de corte rousseauiano, de considerar um ser humano espontaneamente solidário. Mesmo desconhecendo as teorias evolucionistas, que descrevem um ser humano abrutalhado nos seus primórdios, a Escritura coloca lá no início da humanidade um pecado fundamental, originário, que marcou a insolidariedade humana. Expulsão do paraíso, trabalho e parto na dor, fratricídio não são anúncios de uma

humanidade solidária. Mais adiante aparece a figura simbólica de Lamec que é vingado setenta e sete vezes, enquanto Caim o fora sete vezes (Gn 4, 24).

A história do Povo escolhido não revela, até o dia de hoje, nenhum modelo de solidariedade, sobretudo em termos mais amplos que étnicos e grupais. A própria história da Igreja cristã não primou durante séculos por um espírito solidário. Tudo isso parece dizer-nos que ao apostar na solidariedade como um valor autônomo e absoluto corremos o risco de lirismo romântico e pouco realismo histórico e bíblico-teológico.

É uma face da realidade. Não se tem o direito de desconhecê-la. Revela não só o comportamento humano como uma interpretação religiosa que se deu dele.

No entanto, tanto a revelação como a história da Igreja e da humanidade, manifestam outra face da realidade humana na linha de que a solidariedade é uma dimensão fundamental do ser humano.

Uma leitura da teologia da criação e da graça desvela outro rosto da pessoa humana. Todos fomos criados por Deus. Sabemos que Deus é Trindade. E que no princípio do princípio está a comunhão dos TRÊS e não a solidão do UM (L. Boff). Avancemos para águas mais profundas (Lc 5,4). Ao sermos criados por um Deus comunidade, um Deus cuja unidade vem da comunhão dos Três, cujo ser é irradiação trinitária, cujo amor é vinculação íntima entre três amantes, significa que se inscreve no nosso ser essa própria dinâmica de comunhão. Não fomos cri-

ados para ser um na solidão isolada, mas para ser uma unidade-nó-de-relações. Somos ontologicamente rede de relações.

Sobre esta base criacional assenta-se toda outra solidariedade. S. Paulo vai mais longe. Diz que fomos criados em Cristo. Sabemos muito bem quem foi Ele. Um ser-para-os-outros. Ter sido criados em, por e para um Ser-para-os-outros implica que assim somos. Fora da relação-para-os-outros não há possibilidade de realizarmos nossa condição humana na sua última e mais profunda realidade.

O lado animal em nós não é o último e mais profundo. Acontece ser o mais sentido, percebido sensivelmente. Mas ele se entende e se humaniza à luz dessa dimensão de comunhão que nos constitui o ato criativo da Trindade, o termos sido criados em Cristo.

Se a história de Israel e muitas aventuras da Igreja não refletiram essa dimensão solidária, não deixa de ser verdade o oposto. Apesar de todas as recalitrações dos hebreus, a gesta da libertação do Egito, a travessia do deserto, a ocupação da terra, a criação de inúmeras instituições, sobretudo do ano sabático e jubilar, manifestam tanto a solidariedade de pessoas – de modo excelente a de Moisés – quanto a do próprio Deus. Não vamos detornar em tema muito estudado por exegetas<sup>5</sup>.

A história da Igreja splende na sua epopéia de solidariedade. Desde a partilha da comunidade de Jerusalém (At 2, 42-47; 4, 32-36) e a coleta enviada

aos irmãos da Judéia ( At 11, 27-30), até as ações *Adveniat*, *Misereor* e da Campanha da Fraternidade de hoje, existe rosário ininterrupto de solidariedade cristã. Uma leitura sem preconceito ideológico descobre, na atuação da Igreja medieval, sobretudo por meio dos monges, uma gigantesca obra de solidariedade com os pobres. Milhares e milhares deles foram salvos pela generosa caridade dos monges, que desenvolveram belíssima liturgia de acolhida do pobre<sup>6</sup>.

Em termos modernos, a industrialização fez crescer a pobreza e a miséria. Concomitantemente cresceu o espírito solidário de instituições religiosas da Igreja. A obra de S. Vicente de Paulo tornou-se paradigmática.

Solidariedade e espírito cristão fundem-se numa unidade indissolúvel. É impensável um cristianismo sem solidariedade. E a solidariedade na sociedade, mesmo fora do âmbito religioso, deve muito ao espírito cristão que destilou seu unguento impregnante.

Filosofia, teologia, história fazem da solidariedade um valor absoluto e autônomo. Este caráter absoluto e autônomo não nega, antes exige que se manifeste nas conjunturas socioculturais de cada momento histórico. Sua relevância maior ou menor depende delas. Hoje se ajunta um sobrevalor conjuntural.

## **b. Sobrevalor conjuntural**

Os opostos se provocam, se alimentam, se reforçam. Evidencia-se crescente movimento de exclusão sob di-

<sup>5</sup> L. Konzen, *Ensaio de solidariedade na Bíblia*, in *Missioneira* (Santo Ângelo) 2001, abril, n.23, p. 43-56.

<sup>6</sup> M. Mollat, *Les pauvres au Moyen Âge. Étude sociale*. Paris, Hachette, 1978, p. 63ss.

versas formas. É o fato maior na conjuntura atual<sup>7</sup>. Exclusão do trabalho chama-se desemprego. Exclusão dos aumentos salariais, por causa dos ajustes fiscais exigidos pelos órgãos financeiros mundiais, chama-se progressiva perda de poder aquisitivo até à insolvência. Exclusão dos planos de saúde e de aposentadorias estáveis chama-se saúde periclitante e velhice sofrida. Exclusão da fonte geradora de saber chama-se marginalização cultural. Exclusão das tecnologias de ponta chama-se atraso econômico. A ladinha das exclusões prossegue interminavelmente.

Convencionou-se, talvez sem muita exatidão, atribuir a paternidade de tanta exclusão ao neoliberalismo. Sob esse nome, ambos os lados da luta ideológica escondem discursos frequentemente incoerentes. A introdução da eletrônica no processo produtivo e no setor dos serviços está a gerar enorme desemprego. Só indiretamente se vincula ao neoliberalismo. Procede de outra fonte. Países que defendem o neoliberalismo praticam atos extremamente antiliberais, taxando produtos dos países do Terceiro Mundo, discriminando parceiros por razões outras que econômicas. Nada disso é neoliberal, mas prepotência do poder econômico. Perde-se muito tempo discutindo até onde as práticas são ou não neoliberais.

Interessa-nos mais perceber quais são os valores que se fazem circular. Venham de que sistema que seja. Aí está em jogo o bem de toda a humanidade, a felicidade das pessoas.

Sob diferentes nomes, e alguns pomposos, predomina fortemente no mundo atual o que se considera o maior valor: o **talento realizado**. Conjugam-se dois tipos de fatores. Um dado e outro possibilitado. Só vale hoje quem tem alguma qualidade. Quanto mais original, extraordinária, criativa for, tanto melhor. Desta maneira excluem, logo de início, todos os incapazes, os *handicapés*, os *minus habentes*, os improdutivos, os atrasados, os menos dotados. Tal exclusão vem quase sempre por causa da condição socioeconômica de que procedem as pessoas. Esta já as estigmatiza, tornando-as menos aptas para entrarem num mundo de terrível concorrência.

Não basta o talento. Soma-se uma segunda condição. Que ele se desenvolva, se realize. De novo, pesa a condição socioeconômica. Quantos talentos se perdem na miséria. As circunstâncias, as condições de desenvolvimento das qualidades remontam à genética, à alimentação dos primeiros anos, aos cuidados necessários para a vida, à educação, à saúde. Fatores altamente ligados às possibilidades econômicas.

As Olimpíadas, os campeonatos, os concursos são os símbolos e paradigma desse valor maior. O princípio que os move é a concorrência, a competição. Para ela, preparam-se os melhores desportistas. Eliminam-se de antemão todo aquele que não alcança o limite mínimo para concorrer.

Esta estrutura simbólica destrói qualquer possibilidade de solidariedade. Move-se pelo princípio da competição que exige, necessariamente, a exclu-

<sup>7</sup> H. Assmann: Crítica à lógica da exclusão. Ensaios sobre economia e teologia. São Paulo, Paulus, 1994, p. 14ss.

são de todo menos capaz e a seleção do mais capaz. Entra-se num túnel seletivo até chegar ao Guga do tênis, ao Ronaldinho do futebol, ao Schumacher da Fórmula 1, aos artistas e celebridades em todos os campos. À medida que se desce na escala da seleção mais se desliza para a margem, até a marginalização completa.

Nenhum de nós escapa dessa maneira de pensar. É cultural. Este valor do **talento realizado** é de tal evidência que seria loucura agir contra. Somam-se tantas razões para assumi-lo, como valor central na sociedade, que ninguém consegue imaginar o contrário.

Mergulhando na estrutura desse valor, percebe-se sua contraditoriedade em relação à solidariedade. Esta é tolerada tangencial e marginalmente, mas nunca estruturalmente. A sociedade só se constrói sobre a **sanidade**. Qualquer forma que a negue é rejeitada ou no máximo suportada. Nunca pensada como estruturante do agir.

Contrapõe-se à tal centralidade do valor do talento realizado, da sanidade, uma visão da realidade a partir da solidariedade. Ela torna-se um sobrevalor por causa da conjuntura extremamente oposta.

Grande dificuldade de qualquer mudança no sistema vem precisamente porque os que o dirigem são os realizados, valorizados. Como mexer num time que está ganhando? Que técnico louco seria aquele que mudasse seu time que estava jogando muito bem precisamente para que o adversário pudesse melhorar seu desempenho! Pelo contrário, quanto pior for a performance do opositor, melhor.

A solidariedade significa que se deve

mudar o sistema econômico, embora esteja funcionando muito bem para os ricos, porque os doentes, fracos, pobres vão mal. Por causa deles, pretende-se pensar um sistema diferente.

Vê-se que a solidariedade implica uma *metanoia* – mudança de mente, conversão – radical. Por causa dos marginalizados e em vista deles se pensam as mudanças. Em vista dos mais fracos, se planeja a sociedade. Não se trata de glorificar o fracassado como aparece à primeira vista. Mas de buscar modificar as circunstâncias de tal maneira que não haja fracassados. Todos são vistos no seu valor e na sua possível realização. E tudo se organiza para que tal aconteça.

A Igreja espera que pelo menos os religiosos consigam fazer essa virada de mente. Pensar sua vida religiosa em todos os níveis – pessoal, comunitário e pastoral – na linha da solidariedade com os excluídos do enorme jogo da competição, para que eles encontrem uma realização. Já não da mesma natureza da competição. Não se trata de introduzi-los nalguma academia para amanhã lutarem com Maguila, mas para encontrarem nova forma de realização humana. A solidariedade é, ela mesma, realizante no campo em que se exercita.

## 2. Trabalho com leigos

O convite não se faz ao religioso para que realize tal empreendimento por meio de suas reuniões comunitárias e capítulos. Não se exclui tal esforço. O tema do artigo vai noutra direção. A solidariedade deve ser buscada no trabalho com os leigos. Onde surge tal exigência?

## **a. Necessidade conjuntural**

Impõe-se por uma necessidade conjuntural. Fato evidente. As forças da maioria das congregações religiosas decaem e se tornam insuficientes para gerir suas obras. E por uma lei absolutamente inexplicável pela razão sensata, algumas congregações ainda ampliam suas obras com nítida desproporção com a idade de seus membros e com o número de vocações.

Diante do fato da inviabilidade de levar avante muitas obras, os religiosos são provocados a tomar decisão a respeito delas. Conseguem ainda iludir-se um tempo, empurrando para mais tarde uma tomada de posição imposta pelas leis da física e da biologia. Outros têm escolhido o caminho mais simples. Concentram seu pessoal em algumas obras prioritárias e fecham as outras. Os religiosos continuam, neste caso, ainda enclausurados no seu próprio gueto.

Um caminho mais apostólico tem sido aberto com a participação dos leigos. Aqui também há nuances diferentes. Os religiosos simplesmente entregam a obra a pessoas qualificadas e mantêm-se em alguns postos de direção de uma ou mais obra simultaneamente. Conserva-se o nome da congregação na direção da instituição mas com uma presença quase insignificante. Garante-se um mínimo de vinculação. Assim há colégios de religiosos com um/a religioso/a ativo/a.

Outro caminho tem sido trilhado por congregações que têm um carisma mais forte e consistente. Procuram, então, formar leigos no espírito da congregação com experiências espirituais, pedagógicas, organizacionais. Leigos prepa-

rados, que comungam o carisma da congregação e o cultivam em sua vida, tornam-se colaboradores privilegiados. Para tanto, organizam-se cursos de formação, retiros, assembléias onde os leigos convivem com os religiosos a fim de assimilarem-lhes o carisma. Convidam-se, também, ex-membros da congregação que voltem a trabalhar com ela numa nova relação.

A vinculação desses leigos com a congregação pode ser de graus diferentes. Nalguns casos adquirem laços jurídicos como certa forma de votos que comprometem ambas as partes. Aqui se abre um campo para experiências novas e originais. Já seria tempo para que as congregações promovessem reuniões entre si a fim de partilhar suas experiências de obras conjuntas com leigos.

## **b. Dimensão estrutural, teologal, bíblico-eclesial**

Deus fala pelos fatos, pela história. Eles provocam nossa reflexão e constatamos aí riquezas de outra natureza. A conjuntura da diminuição dos religiosos tem sido ocasião para que se percebesse, com maior clareza, por parte dos religiosos, a verdade teologal do leigo na Igreja, na pastoral, nas obras apostólicas. Vai-se além do aspecto conjuntural e descobre-se uma dimensão bíblico-eclesial.

Pelo batismo, o leigo é inserido no corpo da Igreja, participando do tríplice ministério que ela recebe de Cristo: profético, sacerdotal e real. Nas obras das congregações laicais, a participação do leigo é direta e imediata. É simples questão de alimentar-se do mesmo carisma. E acontece mais. O

carisma religioso enriquece o leigo e este traz novidades para a vivência de tal carisma na sua vida de leigo. Produz-se um duplo enriquecimento.

Quando a congregação é clerical com sacerdócio ordenado, o leigo tem também aí um papel a cumprir. Participa desse sacerdócio em nome de seu sacerdócio comum. Enriquece-o com a originalidade de vivê-lo na forma laical<sup>8</sup>.

Da parte do leigo e da vida religiosa há uma conaturalidade teológica que hoje se entende mais claramente. Capta-se melhor o fluir de graça que circula pelo corpo da Igreja. A graça une mais que distingue. A intensidade teológica com que o leigo vive sua vida de fé traz necessário enriquecimento para a pessoa dos religiosos e para a vitalidade de suas obras.

A questão de princípio, hoje, já é um dado indiscutível. O problema situa-se no campo da prática. Cabe um esforço inventivo nessa direção. A intenção deste artigo é sondar um tipo concreto de trabalho comum: em rede e em parceria no horizonte maior da solidariedade.

### *3. Trabalho em rede*

Trabalho em rede nasce das novas possibilidades tecnológicas, mas exige uma mudança de paradigma de pensar e agir. De novo, um aspecto conjuntural provoca transformações mais profundas que vieram para ficar.

Trabalho em rede surge com o desenvolvimento das ciências da informação. Conjuga-se o avanço tecnológico dos computadores com as possibilida-

des de comunicação à distância. O computador consegue gigantesco processo racional de manipulação de dados cognitivos em velocidade, precisão e abundância, de um lado, e, de outro, é acoplado a canais de transmissão. Temos a telemática.

Todos que trabalham neste campo se surpreendem cada dia com novos programas que abrem possibilidades enormes de manipulação de dados, informações, recursos combinatórios para pesquisas, trabalhos didáticos. Tais dados computadorizados circulam através de linhas telefônicas, em instantes, pelo mundo inteiro. De fato, perambulam bilhões e bilhões de sinais por todas as partes. Globalizam-se as informações<sup>9</sup>. Estamos ainda nos inícios dessa revolução tecnológica.

Esses pequenos acenos mostram como nos situamos num novo universo tecnológico. Ele implica nova mentalidade, novo paradigma de pensar e agir. Em vez de partir-se de um sujeito, de um "eu" na sua solidão que pensa o mundo – penso, logo existo –, entende-se como existindo em rede.

Antes, depois, atrás, na frente, de lado, em cima, em baixo e em todos os lados existem relações que nos envolvem. Estamos cercados por uma malha maravilhosa e imensa de fios vindos de todas as partes. Fios de imagem, de sons, de saber, de ordens, de pedidos, de sugestões, de propostas, de programas. Cada dia que se abre o computador, encontram-se cadeias e cadeias de petições, de manifestos, de subscrições exigindo tomadas de posição.

A rede já está a funcionar. Nossa

<sup>8</sup> B. Forte, *A missão dos leigos*, São Paulo, Paulinas, 1987.

cabeça ainda não consegue pensar as realidades dentro desse modo novo de existir. Recentemente, vivemos a terrível tragédia do ataque às Torres gêmeas de Nova York e ao Pentágono de Washington. A quantidade esfuziante de mensagens que circularam e ainda circulam em torno desse fato mostra a nova realidade.

Duas grandes solidariedades parecem estar sendo tecidas em torno desse fato catastrófico. De um lado, uma solidariedade com as vítimas e com o povo americano simbólica e violentamente agredido. A solidariedade do consolo, do apoio, da compreensão, da compaixão.

Doutro lado, tece outra solidariedade em torno da idéia da paz contra toda forma de violência, quer terrorista, quer também da retaliação por parte dos EE. UU., e de outras potências que a eles se associam.

Este é um exemplo. Não cabe avançar aqui considerações sobre episódio tão doloroso e horrendo. Interessa-nos perceber como em torno a um fato se teceu gigantesca cadeia de comunicação, de solidariedade. É um exemplo do que significa esse novo paradigma de estar-se e viver-se em rede.

O poder econômico desenvolveu ao máximo o sistema de rede. É onde ele melhor funciona e para fins de maiores lucros. Circulam todos os dias bilhões e bilhões de dólares entre as bolsas de valor pelas infovias. Capital financeiro especulativo. Somente mínima parte se

investe na produção<sup>10</sup>. Para o dinheiro criou-se rapidamente a rede de comunicação. Para a solidariedade está sendo mais difícil e lento. Jesus já nos advertira que os filhos das trevas são mais espertos que os da luz (Lc 16,8).

O trabalho em rede serve hoje, de modo especial, ao capital. Ele gera crises gigantescas especialmente nos países dependentes. O caso mais trágico ocorreu no México que se viu de um dia para o outro espoliado de suas reservas. O Brasil tem sido vítima freqüente do assédio dos megainvestidores, que agem em rede em vista de ganhos sempre mais exorbitantes.

O trabalho em rede nas suas possibilidades tecnológicas está aí disponível para quem quiser e puder usá-lo. O capital tem aproveitado o máximo de tais possibilidades tecnológicas. A solidariedade já inicia seus passos nessa estrada da velocidade e da onipresença. Em Porto Alegre, o Fórum Social Mundial, em maravilhoso esforço solidário, conectou-se em rede com o mundo todo. Inclusive debateu com pessoas do capital que se encontravam no outro lado do Oceano em Davos, na Suíça. Foi já um exemplo de macro-solidariedade possibilitada pela rede. I. Ramonet chegou a dizer que o novo século começara aí, em Porto Alegre<sup>11</sup>.

Quando os religiosos entrarão nesse mundo? Supõe-se tanto uma nova mentalidade de agir na atual realidade social como a infraestrutura tecnológica indispensável.

<sup>9</sup> M. Arruda, Neoliberalismo. Globalização e ajuste neoliberal: riscos e oportunidades, in Tempo e Presença 17(1995) n. 284: 5-9.

<sup>10</sup> H. Assmann, op. cit., p. 18s.

<sup>11</sup> Ramonet, Porto Alegre, in Le Monde diplomatique 2001, janeiro, n. 562, p. 1; para mais informações consultar o site: [www.forumsocialmundial.org.br](http://www.forumsocialmundial.org.br)

Cabe, porém, um olhar de cautela. “Sede astutos como as serpentes” (Mt 10,16), aconselha-nos o Mestre. McLuhan nos alerta para o princípio novo da mídia moderna. “O meio mesmo já é mensagem”. Traduzindo para nosso propósito significa que pela entrada no mundo da rede, e pelo fato de aí circular, o conteúdo mesmo da mensagem se modifica. Nem tudo cabe dentro do trabalho em rede. A solidariedade em rede não é da mesma natureza do que a feita cara a cara. Pertence ao universo virtual. Desconhece o calor do encontro real. Portanto, não supre a solidariedade física, pessoal, real. É de outra natureza. Acrescenta-se à primeira, mas não cumpre todas as suas funções.

O trabalho em rede valoriza o nível da informação, da circulação de dados e conhecimentos. As ajudas reais que daí brotam têm sua eficiência pragmática, mas carecem da densidade afetiva da solidariedade pessoal e existencial. O empolgação por ela não nos exime da solidariedade física. Não somos simples sinal eletrônico a mais numa cadeia de protesto ou de reivindicação. Temos voz, suor, corpo, sentimentos visíveis. Os gestos de solidariedade para além da rede permanecem em sua total validade, embora cada vez mais dificultados pela cultura pós-moderna e pela geografia das cidades.

#### ***4. Trabalho em parceria***

A globalização econômica vai à frente apontando novas possibilidades de trabalho. Firms transnacionais perceberam que multiplicam sua presença nos outros países, se criarem neles parcerias. Interferem nesse jogo vários

requisitos. A firma principal dita algumas regras a serem seguidas. Variam conforme os casos. Algumas exigem a unicidade da marca, alguns elementos simbólicos que a distingam em qualquer parte do mundo. Deixam para os parceiros locais um espaço de criatividade, dividindo os lucros.

A matriz econômica não deve ser naturalmente copiada pela parceria pastoral feita por congregações religiosas. Serve de inspiração para encontrarem-se formas mais adaptadas ao espírito e carisma de cada congregação. A marca para o comércio é o carisma para a congregação. Deste não se abre mão. Entretanto, permite inculturações. Entramos aqui em novo campo de reflexão teórica e de experiências práticas.

Cada congregação pergunte-se como seu carisma se incultura em outros países e ambientes, estabelecendo parcerias com seus corpos sociais. Os dois extremos são falsos. Ter um carisma tão rígido que se imponha com os cacoetes culturais de sua matriz estrangeira, ou tão fluido que já não tenha nada de original a oferecer. Não seria mais parceria, mas capitulação.

Na parceria se fazem possíveis duas posições por parte dos religiosos. Nalguns casos assumem eles a hegemonia. Tomam a iniciativa. Ditam as regras principais e os outros corpos sociais cooperam. Neste caso, o carisma congregacional pesa mais. A congregação marca mais profundamente a obra em parceria. Estabelece os princípios e valores básicos a serem mantidos. Interfere mais diretamente na condução do trabalho.

Em outros casos, os religiosos se

associam a iniciativas empreendidas por grupos sociais diversos. A hegemonia cabe a esses grupos e os religiosos oferecem sua contribuição. Que presença significativa cabe-lhes então? Por meio de discernimento sério e lúcido, devem medir a validade ou não da parceria segundo as possibilidades que têm de marcar presença em elementos importantes e fundamentais. Não raro acontece que perdem totalmente o controle da parceria e terminam cumprindo o papel de inocente útil para interesses alheios ao evangelho.

A parceria impõe-se como fato conjuntural atual que tende a crescer e ampliar os campos. Entretanto revela algo mais profundo que simplesmente ocasional. As circunstâncias permitem que se descubra uma dimensão profunda teológico-espiritual da parceria.

Lida à luz da teologia do Espírito Santo, dos carismas, a parceria revela-nos a liberdade do Espírito em despertar em ambientes, grupos sociais e culturas tão diferentes, iniciativas maravilhosas que merecem e até demandam a participação dos religiosos por fidelidade a este mesmo Espírito.

Já pertence ao passado uma auto-suficiência da vida religiosa. Cada dia ela se reconhece mais frágil em todos os sentidos. As obras monumentais, que ela empreendia com suas poderosas estruturas, perdem relevância ou consistência com a queda numérica das vocações, com a implantação de uma cultura secularizada e pós-moderna.

A parceria nasce não simplesmente por causa da busca de maior eficiência pastoral ou da incapacidade de levar obras de peso com as próprias forças, mas por causa da convicção de que o

Reino de Deus se constrói na pluralidade dos espíritos, das iniciativas. O pluralismo impõe-se cada vez mais como um dado definitivo da modernidade e pós-modernidade. Ele revela a face do Espírito como fonte de pluralidade. Discorda de uma concepção centralizadora do poder que teima em fazer pender o braço da balança para o lado da unidade até o extremo da uniformidade.

As novidades seduzem. A parceria não é nenhuma panacéia para salvar as obras dos religiosos. Cabe detido discernimento tanto para entrar por essa via quanto para escolher as parcerias concretas. A parceria implica uma série de atitudes éticas básicas. O próprio termo sugere a primeira de todas: a mútua lealdade. Não se entendem rupturas unilaterais, arbitrárias em nome do poder institucional e hegemônico que algum dos parceiros goze. Infelizmente acontece, com frequência, que, em nome duma pureza doutrinal ou ideológica, a parte forte da parceria descarta rapidamente os colaboradores.

A parceria na sociedade moderna submete-se às relações trabalhistas segundo a legislação do país. Há um nível de justiça e outro de carisma. A justiça obriga gravemente todos os parceiros. O carisma pertence ao mundo da gratuidade, da generosidade que, sem negar as obrigações da justiça, vai mais além pela força do Espírito. Numa parceria em que os religiosos entram, deveria sempre existir essa dupla dimensão. Um lado jurídico que se pauta pelas regras da justiça e um campo da gratuidade generosa quanto a tempo e energias. A contabilização econô-

mica de cada minuto, segundo o adágio americano de que "time is money", reduziria a parceria dos religiosos à matriz econômica e não teria a originalidade do carisma religioso.

Não é simples conjugar esses dois lados da parceria sobretudo numa cultura cada vez mais economicista. Nem uma irresponsabilidade piedosa nem um comercialismo avaro. Entre esses extremos navega a parceria.

Já desde o início se disse que o horizonte maior em que ela se situa é o da solidariedade. Aí não cabe uma postura básica própria dos contratos comerciais. Mas rege-a um espírito diferente, cujo última inspiração se encontra no evangelho.

### *Conclusão*

O horizonte maior é a solidariedade. Em vista dela todo serviço é bem-vindo. A vida religiosa descobre cada vez mais a relevância de um trabalho com os leigos, sobretudo quando estes se formam numa espiritualidade coerente com a atividade dos religiosos.

As mudanças culturais, provocadas pela revolução da informática e telecomunicação, têm aberto novas e extraordinárias possibilidades de uma ação solidária de longo alcance. E surgem também parcerias desafiantes. Com esse sangue novo, a vida religiosa tem muito que renovar. Tudo isso implica uma mudança de mentalidade e um adestramento nessas novas tecnologias para que a presença pastoral dos religiosos na sociedade atual seja significativa.

O discernimento ensina-nos a descobrir em todas essas transformações a ação do Espírito assim como também possíveis ilusões. Clareza de mente, lucidez e perspicácia nos ajudarão a discernir que tipo de rede e parceria condizem com o espírito da vida religiosa.

---

*J. B. Libanio. Teólogo. Professor de Teologia no Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus de Belo Horizonte. Assessoria Teológica em nível nacional e internacional. Várias obras publicadas. Endereço do autor: Caixa Postal 5047 31611-970 - Belo Horizonte - MG*

### **QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE**

- 1** É possível sustentar a afirmação de que a solidariedade é um valor autônomo e absoluto? Porque?
- 2** Como você descreveria o sobrevalor conjuntural que hoje faz mais necessária a prática da solidariedade?
- 3** Para você e sua comunidade o trabalho com leigos é só uma necessidade conjuntural? Ou significa algo mais?
- 4** Que significa, no contexto de sua comunidade, trabalho em rede e trabalho em parceria?

# A Formação: um desafio para a vida inteira

VILMA MOREIRA, F.I.

A Assembléia de 2001 da CRB Nacional fez um apelo a todos os religiosos/as do Brasil a dar uma **resposta profética** aos grandes desafios de nosso mundo, a fim de conseguir uma verdadeira **Refundação de nossas Congregações**. Para isto convidou-nos a:

- **Fincar as estacas:** crescer na resistência, firmeza e fidelidade.
- **Desdobrar a lona da tenda:** dar mais atenção aos Sinais dos Tempos, abrindo-nos mais e mais à realidade atual.
- **Esticar as cordas:** arriscar-nos, lançar-nos com coragem crescente aos desafios do presente com uma perspectiva de futuro.
- **Ampliar os espaços:** abrir-nos a um horizonte sem limites dentro de um mundo globalizado, unindo forças com todas as pessoas de boa vontade que lutam pela vida das pessoas e da natureza.

Só desde aí poderemos dizer que existe de verdade *uma esperança para o nosso futuro*<sup>1</sup>.

Quero aplicá-lo hoje à Formação a partir do Marco 4 da Assembléia de 2001: *Formação para ser presença profética na realidade, comprometer-se e deixar-se evangelizar*.

Não tenho a pretensão de dizer coisas novas e, sim, de refletir sobre algu-

mas descobertas e desafios na caminhada que vamos fazendo juntos/as na busca de uma fidelidade dinâmica aos nossos Carismas fundacionais, a fim de conseguir uma verdadeira **refundação** de nossos Institutos<sup>2</sup>.

## 1. A caminhada

Uma das maiores conquistas no caminho formativo da CLAR e da CRB, foi o de ir descobrindo e passando de uma concepção bastante **estática** da formação a uma concepção **processual** e **dinâmica** da mesma.

Antes, a pessoa que fazia a Profissão Perpétua era considerada já **“formada”**. O tempo da formação estava concluído, e ela era julgada apta para enfrentar todos os desafios que se lhe apresentassem. Às vezes, eram proporcionadas a ela algumas possibilidades de atualização (cursos, encontros, etc), além dos retiros anuais. Mas fundamentalmente, já estava preparada “para o que desse e viesse”, contando, sobretudo, com as ajudas espirituais, e sem muita referência a seu caminho pessoal e às mediações humanas.

Hoje não se pode pensar na formação em termos dicotômicos (separação do espiritual e do humano), ou como algo que se realiza através de compartimentos estanques; nem como diferen-

<sup>1</sup> Cf. Jr 31,17.21 e Is 54,2

<sup>2</sup> Como o que apresentarei é fruto de estudo e reflexão, a partir de vários textos, e durante diversas ocasiões, citarei no corpo do artigo somente o que se refere à Exortação pós sinodal Vita Consecrata. No final, indicarei outra bibliografia.

tes **etapas da vida** que têm um começo e um fim, um “antes” um “durante” e um “depois”. A Formação tem que ser considerada **globalmente**, como **uma dimensão de toda a vida consagrada** que só termina com a morte: ou nos decidimos a viver **em estado de formação** ou começaremos a morrer no momento em que pararmos no meio do caminho. Daí que a “*Ratio institutionis*” ou os **Projetos de Formação atuais** se refiram, em geral, não só às etapas da Formação Inicial senão também a todo o processo da Formação Permanente, destacando sua dimensão espiritual, humana e fraterna, apostólica, cultural e profissional e do carisma (Cf. V.C.71).

Atualmente algumas Congregações começam seus Projetos apresentando as coordenadas que devem nortear a formação ao longo de toda a vida, destacando, depois, o específico de cada etapa. Esta medida é muito sábia. O documento “Vita Consecrata” referenda esta visão da formação como um processo que dura toda a vida quando, com visão prospectiva, analisa as dificuldades e perspectivas do processo formativo desde o começo da Pastoral Vocacional até a Formação Permanente, insistindo na necessidade de uma “*Ratio*” ou um **Projeto Formativo** completo e atualizado (Cf. V.C. 63-71).

## 2. *Apelos da Realidade*

### a) **Uma fidelidade criativa**

A primeira exigência numa formação que nos pede ser presença profética, hoje, é a de **situar-nos bem na Realidade** na qual estamos chamados/as a ser um sinal evangélico.

Isto supõe, antes de tudo, uma to-

mada de consciência do **tempo** e do **espaço** em que vivemos. Se o compararmos com o de nossos Fundadores e Fundadoras, perceberemos que perguntas freqüentes como esta: – O que fariam o Padre ou a Madre Fundadora se vivessem hoje? – não têm sentido no contexto atual. Eles se situaram, viveram e responderam com grande coragem e fidelidade **no tempo e no contexto em que lhes coube viver**, com suas características positivas e negativas. Impulsionados/as pelo Espírito foram capazes de perceber o apelo de Deus nos Sinais dos tempos e dar-lhes uma resposta adequada, quase sempre arrojada, profética e antecipadora do futuro. Nossas Congregações são o fruto maduro de sua resposta dinâmica e criativa aos apelos de Deus em seu tempo e história.

Nossa época é muito diferente da dos que nos antecederam e nos permitiram participar de seu ideal feito realidade. Os tempos mudaram e a resposta hoje tem que ser dada por nós, se estamos convencidos/as de que o Carisma permanece vivo em cada um dos membros de nossos Institutos através dos tempos. Uma **fidelidade criativa** nos exige **viver e fazer, hoje, coisas muito diferentes das que nossos Fundadores e Fundadoras viveram e fizeram em seu tempo, para ser fiéis ao Senhor e a eles em nosso tempo** (Cf. V.C. 37).

Ainda que se aceite teoricamente esta afirmação, para muitas pessoas isto é muito difícil de viver na prática. Preferem uma fidelidade “estática”, muito mais “segura” (se é que se pode denominá-la de “fidelidade”). A “**fidelidade criativa**” nos leva a sentir-nos

inseguros/as; nos coloca na “intempérie”, e numa situação de incerteza e de busca constantes, nas quais não existem receitas prontas e infalíveis para cada problema da formação. Lança-nos à aventura e à exigência da aprendizagem contínua, do aprender a “fazer caminho ao andar”, sabendo, inclusive, como escreve Antonio Machado, que muitas vezes nossas pegadas se perdem no mar..

Quero recordá-lo com muita insistência ao tratar o tema da Formação dentro de uma perspectiva de Refundação, porque vejo aí uma das grandes exigências do “saber desdobrar a lona, esticar as cordas e ampliar os espaços da nossa tenda” para aprender, assim, a **deixar-nos evangelizar pela realidade que nos interpela** a partir de lugares e paradigmas bem diversos dos que foram vividos pelos que nos precederam na Vida Religiosa.

## b) Um novo estilo

Não é difícil perceber que muitas coisas mudaram e continuam a mudar em nosso mundo globalizado com seus valores e contra valores, que incidem profundamente em toda a dinâmica de vida de nosso mundo.

No que se refere à Vida Consagrada, percebemos que o processo de globalização nos está ensinando a viver uma verdadeira “páscoa”. Estamos aprendendo a passar de uma concepção mais “abstrata”, de um *estilo de formação e de vida religiosa* que se considerava válido para todos os tempos e lugares do mundo, para a concepção teológica de uma Vida Consagrada *muito mais situada historica-*

*mente* e, portanto, *muito mais inculturada* (Cf. V.C. 79-80).

A formação anterior era o resultado de uma codificação minuciosa em todos os níveis; da identificação da tradição viva e originária dos Institutos com uma sistematização jurídico-teológica, fruto de determinada época; da prevalência da letra sobre o espírito; da confusão entre fidelidade à tradição com o imobilismo. E também da intransigência jurídica. Tudo isto gerava certa falta de liberdade e criatividade que dificultava a percepção do sentido profundo da novidade e das surpresas de Deus. Ao mesmo tempo, ajudavam a criar uma grande “uniformidade e nivelção” através de práticas de piedade, costumes, horários e distintivos externos, etc., que eram considerados “garantia de continuidade do carisma e da congregação”.

Não se pode negar que muitíssimas pessoas se santificaram dentro de tais esquemas, geralmente de corte tradicional europeu, já que a maior parte de nossas Congregações vieram da Europa. E, também, que muita coisa foi imitada – inclusive, às vezes, com mais rigidez – por congregações nascidas no Brasil.

Hoje, temos que reconhecer que houve uma grande mudança e que se está realizando um verdadeiro “deslocamento na geografia das vocações”: seu centro está hoje em outros continentes. Portanto, o nosso estilo de vida e de formação têm que mudar muito. Daí a importância da referência constante à realidade e à História e de realizar, a partir delas, profundas **rupturas**, para ser fiéis ao tempo e espaço em que

estamos chamados/as a viver a Consagração-Missão.

### c) A consciência de tempo

Nosso *tempo* é, sem dúvida, contraditório. Nele experimentamos, constantemente, grandes transformações e possibilidades que nos animam a continuar buscando, caminhando e vislumbrando novos caminhos. E, ao mesmo tempo, percebemos em todas partes grandes desafios e questionamentos, muita marginalização e exclusão de raças, classes, religiões, culturas... Crescem os fundamentalismos em muitos campos. Estamos experimentando vários deles na conjuntura atual. Vivemos tempos de violência e morte institucionalizadas e, ao mesmo tempo, de um crescente compromisso com a **VIDA**, o bem mais ameaçado em nosso mundo.

O tema da **Mulher** está muito relacionado com a busca de novos caminhos, com a gestação, a defesa e o cuidado da vida. Vivemos um tempo de muita exploração e, ao mesmo tempo, de grande busca do protagonismo histórico feminino; de uma maior preparação da mulher em todos os campos; de aprofundamento nas questões de gênero (que não se referem somente à mulher e, sim, aos dois sexos). Como consequência, crescem as exigências de maior respeito e intercâmbio entre os sexos, de reciprocidade, de uso da linguagem inclusiva, etc... Não é difícil perceber suas implicações na formação para a Vida Consagrada hoje.

### d) A consciência de espaço

*Os espaços/lugares de nosso mundo* são, também, de grandes contra-

dições. Em todas as partes assistimos a contínuas violações dos direitos humanos fundamentais: a uma morte pela fome, que se sabe “programada” num mundo onde sobram alimentos, a um grande desrespeito à vida de nosso planeta terra. Ao mesmo tempo, contemplamos também uma grande união de forças entre pessoas de boa vontade de diferentes credos, raças e ideologias na luta por uma distribuição equitativa dos bens da criação, no compromisso crescente com a Vida, de desejo de maior compromisso com os direitos humanos e a cidadania (voluntariados, organizações não governamentais, projetos solidários, parcerias, etc.).

Ao abismo Norte/Sul acrescenta-se, agora, com força – no momento em que escrevo este artigo – a guerra entre o Oriente e o Ocidente e nela, dois tipos de fundamentalismos expressados nos títulos dados ao conflito bélico: “Guerra santa” pelas lideranças radicais muçulmanas, e “Justiça infinita” e, posteriormente, “Liberdade duradoura” pelas lideranças radicais norte-americanas e de outras grandes potências, na tentativa de justificar o injustificável e o sem sentido de uma guerra cruel, fratricida, incapaz de resolver o problema do terrorismo.

### e) A mudança de paradigmas

Uma Vida Religiosa insere neste tempo e espaço sente necessariamente a urgência de *outros paradigmas*. A partir das **rupturas** que nos vão sendo pedidas, estamos descobrindo **um novo jeito de viver a Consagração**: de uma maneira mais comprometida com a evangelização de todas as classes so-

ciais e sempre a partir do “lugar social de Jesus”: da **margem**, no sentido bíblico do termo. Portanto, a partir dos pequenos, das novas pobrezas, do “descartável”, das consideradas “massas sobranes”, de tantos e tantos milhões de pessoas excluídas da Mesa da Vida. Crescem assim – para toda a Vida Consagrada – as exigências constantes de **mudança de lugar geográfico, social, cultural, espiritual e político**.

As muitas **situações-limite** de nosso mundo nos estão pedindo buscar **um novo estilo de formação que se estenda ao longo de toda a nossa vida**. Para responder aos Sinais dos tempos, às interpelações da Realidade e assumir, assim, o Profetismo que deve caracterizar-nos, temos que deixar definitivamente o antigo conceito da formação como etapa da vida para passar a vivê-la como **uma realidade que perpassa toda a nossa existência, do começo ao fim**, e que engloba, portanto, **a vida inteira** (Cf. V.C. 70).

### **3. Presença profética**

O neoliberalismo econômico e a idolatria do Mercado continuam gerando novas pobrezas e alimentando as antigas de uma maneira inusitada. A violência, sobretudo econômica, política, social, étnica, religiosa constitui uma agressão constante à Vida.

O profeta e a profetisa devem ser o homem e a mulher de esperança, atentos aos Sinais dos Tempos, com um ouvido no Evangelho e outro no povo, como dizia Monsenhor Angelelli. O chamado ao profetismo nos exige viver hoje, mais do que nunca, uma efetiva contestação às exigências nefastas do Capitalismo neoliberal e da ideologia do Mercado, para fazer com que

os **valores evangélicos** se transformem cada vez mais na motivação fundamental de nossa vida e ação. Portanto, o profetismo da Vida Consagrada terá que situar-se cada vez mais dentro dos parâmetros da **contraculturalidade**.

Isto nos exige **uma mudança de enfoque** – desde os começos da Formação até o fim da vida- para situar-nos em parâmetros diferentes daqueles em que vivemos antes. O profetismo nos pede mover-nos cada vez mais de acordo com os **critérios de Jesus**. Aprenderemos, assim, a mover-nos dentro do horizonte evangélico da menoridade, e do que, hoje, denominamos a “ética do necessário e do suficiente”. Pouco a pouco nos habituaremos a passar das macro às micro realizações; a optar pelo pequeno e sem brilho; a realizar ações simples, humildes, perseverantes, participativas e transformadoras, radicalmente opostas às ofertas enganadoras das Grandes Potências, do Consumismo e do Mercado.

**No campo da Formação**, isto nos está exigindo um contínuo discernimento para uma mudança de enfoque e de critérios, desde o planejamento da Pastoral vocacional e acompanhamento de candidatos/as até a etapa final de nossa vida. Repercute, também, muitíssimo, em nosso modo de viver a Missão e de levar adiante nossas obras. Daí a importância do Marco 8 sobre a **Análise institucional**, tal como está explicitado nas Conclusões da Assembléia de 2001.

Para isso, o profetismo da Vida Consagrada terá que situar-se cada vez

mais não só numa perspectiva de **denúncia** e **anúncio** senão, também, de conversão contínua, de **renúncia pessoal** e **comunitária** e de **compromisso na luta pela transformação de uma realidade de pecado e morte numa realidade de Graça e Vida**. Para isto, é preciso voltar cada vez mais ao Evangelho de Jesus e ao Jesus do Evangelho, para aprender a **deixar-nos formar em sua escola** e a refazer – a partir de seus critérios – o compromisso com a vida em abundância que Ele nos trouxe<sup>3</sup>. Isto nos exigirá **uma contínua revisão de nossos esquemas e marcos formativos** e, sobretudo, uma atitude de muita atenção e escuta aos apelos de Deus na realidade de hoje, para formar-nos e ajudar a formar na linha de uma resposta atualizada ao nosso hoje (Cf. V.C. 39; 84-95). Daí a necessidade de continuar a perguntar-nos sobre **como devemos formar hoje**.

#### 4. *Que formação?*

Quero indicar, inicialmente, um princípio sublinhado em “Vita Consecrata”, e que deve ser lido em cada realidade: **o de uma formação realmente qualificada**. A partir dela quero retomar algumas características da vivência da síntese Consagração-Missão indicados também no documento.

##### a) **Uma formação de qualidade**

Podemos dizer que a qualidade de nosso futuro depende da **qualidade da formação** que estamos dando e recebendo nas diversas etapas da V.C. Dela decorrem nossa fidelidade ao carisma,

nosso élan apostólico, nosso compromisso missionário, a renovação em profundidade de nossos Institutos, nossa resposta às necessidades do mundo atual, enfim, uma mudança em todas as dimensões de nossa vida consagrada. A Exortação insiste numa **formação de qualidade e com um alto nível de exigência**: uma formação que dê garantia de estabilidade seja nos momentos mais difíceis seja nos mais simples do cotidiano (Cf. V.C. 65 e 71). São acentuados alguns aspectos. Podemos acrescentar outros muitos, a partir de nossa experiência de vida na realidade com a qual estamos comprometidos/as.

##### b) **A identificação com Jesus**

Uma fundamentação bem sólida deve conduzir – antes de tudo – à **configuração com o Senhor Jesus** – o principal objetivo da formação ao longo de toda a vida (Cf. V.C. 65, 68, 69). É preciso preparar-nos continuamente para o dom total de nós mesmos/as no seguimento de Jesus e na continuação de sua missão hoje. Daí a necessidade de uma pedagogia (ou de uma “andragogia”) que exige métodos apropriados, objetivos específicos, linhas de ação, e estratégias formativas que ajudem a promover **uma adesão afetiva e efetiva a Jesus Cristo**, razão e meta da Vida Consagrada. É preciso chegar a encontrar-se de tal forma com Ele, a apaixonar-se tanto por sua pessoa e por seu projeto, de modo que nossos valores, interesses, pensamentos, mentalidade, sentimentos, afetos, ações, enfim, nossa vida inteira seja semelhante à sua. O primeiro ícone apresentado como

<sup>3</sup> Cf. Jo 10,10

exemplo do que estamos chamados/as a viver no seguimento e pro-seguimento de Jesus em "Vita Consecrata" é o da Transfiguração (Cf. V.C. 14-20).

### c) Uma formação personalizada

Karl Rahner dizia que cada individualidade humana é uma irrepetível iniciativa de Deus. Hoje, mais do que nunca, sabemos que a formação tem que ser *personalizada* a fim de garantir um compromisso sério na fidelidade ao chamado. Daí as exigências pedagógicas num processo formativo personalizado e personalizador. Cada pessoa é a primeira responsável pela resposta ao chamado e por sua formação. Tem que assumir pessoalmente o dinamismo de seu crescimento vocacional, a resposta ao chamado e as opções que vão se apresentando ao longo da vida. A decisão vocacional, a resposta ao Amor Primeiro bem como as outras opções, ao longo da vida, constituem **uma responsabilidade pessoal da qual ninguém pode abdicar**.

### d) Uma formação globalizada

Relacionada com a dimensão personalizadora está a exigência da *globalidade*, traduzida nos princípios da **totalidade** e da **integralidade**.

É preciso que essa formação de qualidade chegue a todos os âmbitos da vida consagrada e repercuta em todas as dimensões da pessoa, interna e externamente. E é necessário, também, que abarque todas as etapas da formação, já que o processo formativo deve durar a vida inteira. Deve-se sublinhar o nexo profundo entre a formação inicial e a permanente desde o início de cada processo pessoal.

Ao mesmo tempo, a formação deverá ser *harmônica e integral*. Seus elementos têm que estar organizados de uma forma coerente e equilibrada, de modo que cada pessoa seja consciente de sua responsabilidade na resposta pessoal. Daí a insistência num conceito formativo de grande importância: **o da unidade de vida** (Cf. V.C. 65, 71,78 e 85).

### e) As mediações

Para ajudar-nos, ao longo de toda a vida, estão as muitas *mediações* que o Senhor vai colocando no caminho e às quais devemos estar muito atentos/as. Para isto é fundamental o **discernimento como atitude e como método formativo**. Daí a necessidade de que os/as formadores/as, as comunidades e equipes formadoras, e cada comunidade religiosa, estejam atentos à singularidade de cada pessoa, aceitando e estimulando seu ritmo de crescimento pessoal, acompanhando-a, ajudando-a a descobrir e a fazer frutificar cada vez mais o dom de Deus em sua vida. Ao mesmo tempo, todos/as devem estar à escuta dos **Sinais dos tempos** lidos em cada realidade, para descobrir neles as **novas e antigas** mediações mediante as quais o Senhor nos fala sempre.

### f) Uma formação para a missão

**Formar para quê?** Esta é uma pergunta subjacente a toda a formação. Ao fazê-la estamos sempre nos perguntando pelo ponto nuclear, pelo objetivo último de todo o processo formativo.

Depois de um longo caminho em que a V.C. aprofundou e formulou de maneira nova sua auto-compreensão,

parece já claro que *o objetivo central da formação é a Missão*, ainda que nem sempre se tenha clareza com relação ao seu significado. Em V.C. 65 se lê que “*o objetivo central do caminho de formação é a preparação da pessoa para a consagração total de si mesma a Deus no seguimento de Cristo, ao serviço da missão*”.

Em Jesus o envio e a missão constituem seu mesmo ser: é enviado para anunciar a boa nova do Reino<sup>4</sup>. O ser de Jesus é um **ser-para**: totalmente aberto ao Pai e à humanidade. **Jesus está em missão desde a encarnação**. Não se pode reduzir sua missão às ações maravilhosas realizadas durante sua vida pública. A partir do Vaticano II, e sobretudo da Carta magna da Evangelização, a “*Evangelii Nuntiandi*”, o conceito de “apostolado” cede lugar ao de **evangelização e missão**. A missão evangelizadora “constitui, de fato, a graça e a vocação própria da Igreja, sua mais profunda identidade. Ela existe para evangelizar”<sup>5</sup>

### g) Em comunidade

A formação para a missão deve realizar-se numa **comunidade**. De fato, ela tem que constituir-se – desde o início da formação até o fim da vida – numa instância privilegiada, num espaço de liberdade e de responsabilidade, no qual cada pessoa possa realizar-se de verdade. Apesar das muitas dificuldades de relação e do pluralismo de situações, a comunidade religiosa deverá ser sempre um lugar de aprendizagem

da vivência da unidade no pluralismo, e da partilha dos dons.

## 5. Deixar-se evangelizar para evangelizar

### a) Sacramentos de encontro

De tudo o que vai sendo dito, pode-se compreender facilmente a mudança no sentido da formação e da mesma missão da V.C. Não temos que viver em função de “dar, fazer ou realizar grandes coisas”. Trata-se, antes de tudo, de escutar, de perceber, de acolher, de deixar-se ensinar pela realidade que nos rodeia. Para isto é preciso uma grande atenção aos muitos **sacramentos de encontro** (Jesus, a Palavra de Deus e os 7 sacramentos, as pessoas, as situações, as coisas e acontecimentos, muitas vezes negativos e contraditórios), que vão sendo colocados em nossa caminhada. Temos que aprender a lê-los **em chave de discernimento**, à luz do Espírito. Assim, ao mesmo tempo que nos deixamos evangelizar e ensinar pela realidade, nos capacitamos para responder a ela, contribuindo com realismo em seu processo de transformação.

### b) Fazer-se discípulo/o

Deixar-se evangelizar para poder evangelizar supõe **uma atitude de constante discipulado**. O discípulo/a é aquele/a que é capaz de colocar-se, cada dia, em busca dos sinais do Mestre e de percebê-los nas situações mais diversas e, às vezes, inclusive, contraditórias da vida. É preciso pedir cada dia a graça de ouvidos, boca, língua, mãos,

<sup>4</sup> Cf. Lc 4,43

<sup>5</sup> E.N. 14

pés, coração, enfim, um ser inteiro de discípulo<sup>6</sup> para que, através de seus sacramentos, sobretudo de Jesus, o grande sacramento do encontro de Deus com a Humanidade, Ele vá iluminando o olhar de nosso coração<sup>7</sup>, e nos transformando, pouco a pouco, com sua pedagogia humano-divina, em instrumentos aptos para o serviço do Reino.

### c) A missão evangelizadora

A partir de tudo o que vai sendo dito, pode-se compreender facilmente a **mudança que está sendo vivida na Formação**. Em vez de entendê-la como uma aprendizagem ascética e codificada de valores religiosos, espirituais e humanos, característicos de uma época, e vividos de uma determinada maneira nas Congregações, estamos aprendendo ou já aprendemos a defini-la a partir de uma experiência única e totalizante: **a do envio para continuar a missão de Jesus**.

Para isto é preciso situá-la cada vez mais dentro de uma dimensão cristológica e eclesial. Já não é possível confundi-la com tarefas e realizações apostólicas isoladas. Somente a partir de Jesus, o enviado do Pai, e a partir da Igreja, que continua seu projeto, podemos entender o caráter missionário da Vida Consagrada. Torna-se assim cada vez mais necessária uma profunda preparação dos/as formadores/as e o vivê-la passo a passo, **num processo que deve ser continuamente avaliado**.

Assim, a formação deve ser como

que a resultante natural do processo de **configuração progressiva com Jesus**: de um crescimento gradual no caminho da plenitude humana, espiritual e apostólica que têm sua meta Nele. Deve ajudar a que as estruturas interiores da pessoa se solidifiquem, e, ao mesmo tempo, lhe proporcionem a suficiente flexibilidade para libertar-se de tudo o que impeça a **vida-em-missão**, e a mantenha sempre aberta à imprevisibilidade das circunstâncias e aos desafios da realidade. Torna-se, assim, uma iniciação e introdução experimental à liberdade de uma vida missionária, *centrada em Jesus e no anúncio do Reino*.

A experiência de **ser-enviados/as pelo Pai em Jesus, o Filho, à luz do Espírito para o serviço do mundo** é o que dá sentido ao nosso seguimento de Jesus hoje. Um objetivo fundamental da formação é, pois, o de ajudar-nos a viver no dia a dia uma experiência de **unidade entre o ser e o fazer, entre a ação e a contemplação, entre a fé e a vida**.

### 6. Uma formação contínua

Também aqui já estamos vivendo uma verdadeira ruptura ou mudança de direção desde o tempo da formação inicial. Antes, se falava de “antes” ensinar e treinar, através de diversas práticas apostólicas, para “depois” viver a missão. Hoje, já não se procura somente capacitar e exercitar os formandos/as em práticas pastorais concretas ou em análises críticas da realidade; nem se trata só de aprender

<sup>6</sup> Cf. Is 50, 4-5

<sup>7</sup> Cf. Ef 1,18

a colocar em prática diferentes métodos e dinâmicas de evangelização ao longo do processo formativo. Isto significaria que ainda estaríamos pensando e vivendo a missão meramente como **“tarefas diversificadas”**. Daí a urgência de continuar a revisar nossas publicações, reflexões, práticas, e sobretudo, nosso jeito de **formar na missão**. Trata-se, portanto, de algo que se aprende vivendo, dentro de um processo dialético de ação e reflexão que gera sempre novas práticas, fruto de avaliações contínuas, e nos conduz a uma verdadeira práxis evangelizadora.

A formação para a Missão é um processo que deve durar toda a vida, já que se trata, como já se indicou várias vezes, de **buscar a identificação com Jesus Cristo**, através da participação em seu projeto, em seu ser-enviado-ao-mundo, em sua comunhão com o Pai e os irmãos/ãs, em seu compromisso com o Reino e na coragem de assumir seu mistério pascal até as últimas consequências. **O Pai- o Abba- e o Reino** são os pólos centrais da vida de Jesus e devem sê-lo, também, na de seus seguidores e seguidoras.

Daí a necessidade de sublinhar cada vez mais a **“formação- em- situação”** ao longo da vida. Não deve existir um **antes** e um **depois** na preparação para a missão e sim uma **vida- em -missão** cujos parâmetros devem ser buscados à luz da **atitude e da prática do discernimento**, numa contínua atenção aos sinais de Deus, hoje (Cf. V.C. 67).

### **7. Há uma esperança para o nosso futuro...**

A condição fundamental para que a esperança se torne realidade, para que

a utopia vá se tornando cada vez mais **“topia”**, é a de uma fidelidade criativa crescente aos sinais de Deus na realidade. Retomando vários aspectos fundamentais do que foi dito e acrescentando talvez algum, poderíamos dizer que a esperança de nosso futuro está em:

- Aprender a viver a **Consagração-Missão** como uma única realidade na Vida Religiosa hoje. Missão, como a Consagração, se situa na origem do **ser**. Daí que a formação deva abarcar todos os setores da vida e só possa ser entendida como um **processo** que dura a vida inteira. De fato, **“a pessoa consagrada está ‘em missão’ por força da sua própria consagração, testemunhada segundo o projeto do respectivo Instituto”** (V.C.72). Portanto a missão não termina com a **“aposentadoria legal”** e, sim, com a morte.
- Possibilitar cada vez mais ao formando/a o ser realmente sujeito da própria formação, ou seja, aquele/a que descobre e assume, progressivamente, afetiva e efetivamente seu lugar no Corpo (Instituto). Daí a necessidade do exercício constante da responsabilidade ativa, da abertura às suas propostas e, também, do conhecimento dos limites na participação. Nem tudo pode ser **“reinventado”**. É preciso aceitar e valorizar as diferenças, a diversidade de funções e a grande riqueza do pluralismo, a fim de possibilitar uma real vivência da unidade na diversidade.
- Equilibrar harmonicamente na formação inicial **as etapas que supõem temporalidade** e estão determinadas

pelo Direito Canônico, de modo a respeitar o ritmo de crescimento das pessoas. Devem possibilitar “exceções” porque os ritmos de crescimento pessoais são diversos. Um meio adequado para ajudar a subsanar os problemas com a legislação eclesial é o de rever, sobretudo, a duração das etapas que não estão legisladas pelo Direito eclesiástico. Hoje, mais do que nunca, sente-se a necessidade de enfatizar as etapas da **Pastoral Vocacional** (acompanhamento e seleção dos candidatos/as), e a do **Pré-Postulante** que poderão ser realizadas de formas diversas (Cf. V.C. 64).

- Aceitar e colocar em prática, como uma “urgência”, a necessidade de **aprender a viver em estado de formação**. “A formação *inicial*, deve, portanto, consolidar-se com a formação *permanente*, criando no sujeito a disponibilidade para se deixar formar em cada dia de sua vida” (V.C.69). Juntamente com esta urgência, a consciência de que “um só é nosso Mestre”<sup>8</sup> e que todos/as devemos inscrever-nos cada dia na **Escola de Jesus de Nazaré**, convencidos/as de que a tarefa primária da Vida Consagrada é a de tornar presente o Cristo, e de que, quanto mais nos deixamos configurar com Ele, tanto mais O tornamos presente no mundo (Cf. V.C.72).
- Sublinhar a necessidade de purificar e atualizar o papel dos **formadores/as**, às vezes, ainda identificado com o de alguém que deve transmitir normas e conteúdos. Muito mais do que

professores/as, aqueles que orientam o processo de formação se identificam com os antigos **mistagogos/as**: verdadeiros **iniciadores/as no Mistério**. Isto deverá levar, também, a uma revisão e atualização do papel **das equipes de formação e das comunidades formadoras**.

- Revisar a dialética formador/a- formando/a à **luz das exigências de uma formação mistagógica**. Isto não significa ignorar ou suprimir as diferenças nem anular um dos termos, nem confundir a participação responsável com uma falsa democratização ou interpretar a ação formativa em termos meramente sociológicos. Trata-se de procurar estabelecer uma relação que só pode situar-se e ser vivida **no nível de uma experiência profunda de fé e de adesão no seguimento de Jesus hoje**.
- Assumir cada vez mais a co-responsabilidade dos **governos provinciais e gerais** na dinamização do processo formador. Sua missão tem que ser repensada e reassumida à luz dos Projetos de Formação que, por sua vez, deverão ser periodicamente atualizados de acordo com a realidade e exigências de uma verdadeira inculturação. Isto exige investir muito mais na formação ao longo de toda a vida.
- Saber aproveitar a riqueza da **intercongregacionalidade**, da comunhão entre os carismas, e, inclusive, como se vem dando com frequência no Brasil, a valorização da **interculturalidade** e da **internacio-**

<sup>8</sup> Cf. Mt 23,8

**nalidade.** Hoje, já estão se tornando comuns os Noviciados e Junioratos internacionais na América Latina e Caribe. Não se pode negar as dificuldades que isto supõe, mas é preciso reconhecer que os aspectos positivos são muito mais importantes, bem como o crescimento na dimensão do universalismo característico de tantos Institutos.

Formar, hoje, dentro de um novo modelo de Vida Consagrada constitui, portanto, um desafio que devemos assumir na alegria e na esperança de quem se sabe enviado/a para continuar, hoje, a missão de Jesus, o único Mestre. É Ele o único caminho e o melhor companheiro de caminhada.

Que o Espírito – a “*Ruâh*”- que está soprando de uma forma tão nova e criativa em nosso mundo, nos impulse pelos novos caminhos que se apresentam, hoje, à Vida Consagrada com suas muitas exigências de maior radicalismo evangélico. Que Ele, juntamente com Maria, a primeira Seguidora de Jesus, nos ensinem a viver a aventura sempre nova do Pro-seguimento de Jesus hoje, em atitude de fidelidade

criativa e dinâmica aos nossos Carismas fundacionais.

*Ir. Vilma Moreira, FI. Teóloga. Formadora. Assessora de congregações religiosas.*

*Endereço da autora:*

*Juniorado Madre Cândida*

*Rua Dr. Olinto Magalhães, 76 – Vidigal*

*22450-260 – Rio de Janeiro – RJ*

## **Bibliografia**

1. Bruno SECONDIN, OC. e Teólogos da CLAR. **Reflexões sobre a “Vita Consecrata”**. Publicações CRB, 1996.
2. Carlos PALÁCIO, SJ, **A formação, um desafio**. Publicações CRB, 1987.
3. Delir BRUNELLI, CF, **Profetas do Reino**. Publicações CRB, 1986.
4. Felcísimo MARTÍNEZ, OP, **La frontera actual de la vida religiosa. Bases y desafíos para la refundación**. Madrid, San Pablo, 2000.
5. Jesús Maria PALACIOS, CMF, **Cuestiones vocacionales y formativas em Revista de Vida Religiosa 80**. Madrid, Julio 1996.
6. João Batista LIBÂNIO, SJ, **A arte de formar-se**. São Paulo, Ed. Loyola, 2001.
7. José Cristo Rey PAREDES, CMF, **Seducción de Jesús. Cuadernos CONFER**. Madrid, 1996.
8. José Antônio NETTO DE OLIVEIRA, SJ, **Formação para a Missão em Convergência 216**, outubro de 1988.
9. USG, **Para una fidelidad criativa: Refundar**. Roma, 1998.

## **QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE**

- 1 Fazer uma leitura pessoal do texto anotando o que mais “ressoe”.
- 2 Fazer-se algum/uns questionamento/s a partir do que “toque” ou “incomode” mais, de uma forma positiva ou negativa.
- 3 Partilhar em comunidade os pontos que mais ressoaram e/ou questionaram.
- 4 Chegar a um compromisso pessoal e/ou comunitário em algum aspecto considerado de especial importância na formação pessoal e comunitária. Incluí-lo no Projeto de Vida da comunidade.

# Traduzindo a Bíblia (no Brasil)

JOHAN KONINGS, SJ<sup>1</sup>

## *I. Recordando*

Tenho vaga lembrança de ter escrito, nos anos 80, um artigo sobre a proliferação das traduções bíblicas no Brasil<sup>1</sup> – um grito de alerta, para que as instâncias responsáveis tentassem colocar um pouco de ordem nesse campo, pelo menos do lado católico. Naquele tempo estavam sendo preparados os textos oficiais do lecionário litúrgico, que viriam à luz em 1995, com aprovação da Santa Sé, mas não com plena satisfação dos que os promoveram, como se percebe nas palavras de D. Clemente Isnard, então presidente da Comissão Nacional de Liturgia: “Em 1987, foi iniciada uma tradução de todos os textos bíblicos usados na Liturgia, atendendo à decisão da Sé Apostólica de que a versão fosse feita tomando como base a Neovulgata latina. A necessidade de publicar os lecionários o mais breve possível não permitiu que esta versão ficasse a cargo de uma só pessoa ou de uma comissão homogênea, o que tornaria a demora demasiada. Foi preciso recorrer a muitos colaboradores. Ganhou-se tempo, mas se perdeu em qualidade”<sup>2</sup>. A constatação de D. Clemente pairava no ar quando, em 1991, a Assembléia Geral da CNBB aprovou a elaboração de uma Bíblia da CNBB, que, a médio prazo, pudesse oferecer

um texto bem amadurecido para as finalidades específicas da Igreja católica no Brasil como um todo, especialmente no campo da liturgia e da catequese. Para muitos, ainda não estava bem claro o que se entendia por isso. Houve quem pensasse numa “Bíblia litúrgica”, que pudesse ser usada na Liturgia (assim, ainda, a Apresentação do Lecionário Dominical, de 1994!). Mas isso era um conceito insustentável. Em primeiro lugar, porque a Bíblia não é um livro litúrgico. Livro litúrgico é o Lecionário, no qual aparecem as perícopes em “corte litúrgico”, muitas vezes em função de algum tema específico, não necessariamente conforme o contexto bíblico e o sentido exegético, mas conforme o “sentido pleno” da tradição eclesial. Em segundo lugar, porque as traduções litúrgicas são aprovadas pela Santa Sé, enquanto uma tradução bíblica comum é da alçada da Presidência da CNBB. E, em terceiro lugar, porque as perícopes litúrgicas (que constituem apenas uma parte da Bíblia) devem estar de acordo com a “hermenêutica” da tradução latina oficial da Igreja, a Nova Vulgata, o que não é possível numa tradução da Bíblia inteira, por razões que explicaremos adiante.

Já outros entenderam o projeto num sentido mais pragmático: seria uma tra-

<sup>1</sup> Cf. também Johan KONINGS, Uma edição pastoral do Novo Testamento. *Perspectiva Teológica* 19 (1987) 239-244, p. 243-244.

<sup>2</sup> CNBB, *Lecionário Semanal*. São Paulo: Loyola/Paulinas, 1995, p.12 [Apresentação].

dução “de referência”, concebida para a proclamação, “para se ouvir e guardar no coração”, fluente, facilmente aceita pela maioria dos fiéis e relativamente estável, um meio-termo entre as traduções eruditas e as traduções “dinâmicas”, que facilmente se afastam do vocabulário tradicional já memorizado. Tradução também que mantivesse “proximidade” com o texto litúrgico e com a Nova Vulgata, podendo, com as devidas adaptações, servir de base para os futuros lecionários (pois, hoje em dia, os lecionários necessitam de revisão depois de quinze a vinte anos). Foi nessa direção que o trabalho foi conduzido, no sentido de recolher os trechos traduzidos para a Liturgia (abrangendo, estimativamente, uns 40% da Bíblia), completar o que faltava, e dar unidade ao conjunto, no estilo da tradução litúrgica que ofereceu o ponto de partida. O próprio trabalho e a reflexão concomitante definiram com maior clareza o perfil da tradução.

Quando, em 1991, fui encarregado da coordenação desse trabalho, muitos bispos ficaram assustados quando projetei um prazo de dez anos. Ora, no tão falado Primeiro Mundo, tal trabalho seria planejado para, no mínimo, vinte anos, com liberação de alguns famosos biblistas e lingüistas, e com muito dinheiro. Tudo isso não era possível aqui... Inclusive, um organismo internacional, sempre bastante generoso para com a Igreja no Brasil, negou ajuda, alegando que o Brasil já tinha traduções demais. Concorro com a premissa, não com a conclusão. As traduções existentes não tinham o perfil desejado. Além do mais, todas elas pertenciam a editoras pri-

vadas. Seria extremamente difícil, para a CNBB, escolher uma entre elas, e mais difícil ainda indicá-la como referência, sem criar atrito com as outras editoras. Assim, foi exatamente a proliferação de traduções que tornou necessária a produção de mais uma – a tradução de referência.

Aprovado o projeto, começaram os problemas: – a já mencionada dificuldade financeira, que limitava a contratação de colaboradores, as reuniões de trabalho etc.; – o revezamento dos responsáveis na dimensão bíblico-catequética da CNBB, criando certa descontinuidade, na ausência de uma assessoria bíblica propriamente; – e, sobretudo, a sobrecarga dos colaboradores, trabalhando em regime de voluntariado, nenhum deles liberado e todos plenamente ocupados em outras tarefas... Mesmo assim, foi possível publicar em 1997 *ad experimentum* o Novo Testamento (por várias editoras independentemente) e, agora, no fim do prazo previsto, o conjunto do Antigo e Novo Testamento, este já revisado. O *kairós* desta publicação integral é o cinquentenário da CNBB, e o congresso eucarístico de Campinas, na atmosfera da chegada do novo milênio e dos 500 anos de evangelização do Brasil. Razão de sobra para se fazer o lançamento. Evidentemente, esta primeira edição deve ficar aberta a aperfeiçoamento ulterior; por isso, traz nas páginas iniciais um convite para que se mandem correções, sugestões de tradução, etc. – o que não quer dizer que o texto poderá ser mudado arbitrariamente, pois a intenção é que as palavras principais entrem na memória do povo eclesial. Na realidade, toda

tradução nova precisa de “amadurecimento”: a tradução do Episcopado italiano, por exemplo, já está na sua terceira revisão desde o Concílio – se é que o “Primeiro Mundo” serve de exemplo.

Depois desse breve histórico, quero tratar de alguns aspectos inerentes ao ofício de traduzir a Bíblia no nosso ambiente, que é, em primeiro lugar, a comunidade católica no Brasil, mas, também, o âmbito ecumênico. Creio que algumas dessas observações são relevantes para o mister de traduzir a Bíblia em geral.

## 2. Traduzir a Bíblia

O fato de se traduzir a Bíblia não é evidente. Significa que a comunidade que acolhe a Bíblia como referência escrita de sua experiência religiosa (como “Sagrada Escritura”) transborda de seus limites lingüísticos. É o que aconteceu por volta de 250 a.C., quando os judeus da Diáspora, em Alexandria do Egito – segundo dizem, por convite do rei Ptolomeu II Evergetes – iniciaram a tradução grega da Lei, dos Profetas e dos outros escritos: a Bíblia dos Setenta, ou Septuaginta. E não se limitaram a traduzir; com o tempo, foram incluindo também livros que não constavam do cabedal hebraico: aqueles que nós hoje chamamos de deuterocanônicos (apócrifos, dizem os protestantes), e pseudepigráficos (aceitos até hoje na Igreja oriental). Além disso, classificaram os escritos bíblicos segundo uma ordem que não é a seqüência hebraica consagrada pelo rabinismo: “Lei, Profetas e (outros) Escritos”<sup>3</sup>. Os judeus

alexandrinos transformaram esse cabedal num livro de história, tratando a Lei como início da história, os “profetas anteriores” (Josué, Juízes, Samuel, Reis), e os outros livros narrativos como a história de Israel e Judá, e os escritos poéticos e sapienciais como “memória cultural”, deixando para o fim os “profetas posteriores” (os oráculos dos profetas, já não como denúncias dos porta-vozes de Deus e guardiães da Aliança, mas como “profecias” no sentido de prenúncios messiânico-escatológicos). Em outros termos, mesmo se a tradução tivesse sido formalmente fiel (o que ela não foi), a nova maneira de organizar os textos foi uma radical reinterpretação de seu sentido... E a razão disso? Lá no Egito, por volta de 200 a.C., o mais importante não era recordar a crítica profética aos reis de Israel, mas mostrar a origem do grupo étnico que constituía quase a metade da população de Alexandria, e exibir no meio da cultura helenista sua Lei (*nomos!*) e sua Sabedoria (*sofia!*), bem como a esperança messiânico-escatológica que o tornava diferente das demais etnias da capital cultural do mundo greco-romano, que um dia seria a matriz da teologia especulativa cristã... Insisto neste ponto, porque a Bíblia cristã do Antigo Testamento deve tanto a Alexandria quanto a Jerusalém, não obstante a tentativa de são Jerônimo de assentar sua tradução “Vulgata” na *hebraica veritas*...

Por um lado, muitos dos primeiros cristãos eram judeus helenistas, usuá-rios da Bíblia de Alexandria (assim, a

<sup>3</sup> Torah, Nebiim, Ketubim, hoje abreviado como Tanak.

maioria das citações do Antigo Testamento, no Novo, são tiradas da Septuaginta, e não traduzidas diretamente do hebraico). Esta é uma razão para, contrariamente ao uso protestante, conservarmos na Bíblia os livros deuterocanônicos. João, Paulo, Tiago conheciam e citavam, pelo menos implicitamente, os livros deuterocanônicos... Por outro lado, antes de Jerônimo iniciar, no século IV, sua obra de tradução, grandes partes do Antigo Testamento – sobretudo os Salmos e as profecias – já tinham sido traduzidas para o latim, língua do povo no Império romano, especialmente na África do Norte. (O idioma da elite era o grego, inclusive em Roma.) Ora, essas traduções sofreram forte influência da Bíblia grega de Alexandria. Quando Jerônimo fez sua tradução “Vulgata”<sup>4</sup>, sua pretensa *hebraica veritas* foi apenas relativa. Ele consultou, de fato, textos disponíveis em hebraico, mas sobretudo as versões gregas de Símaco, Áquila e Teodocião – mais fiéis ao hebraico do que à Septuaginta<sup>5</sup>. E em sua cabeça ressoavam as já existentes traduções latinas (a “Vetus Latina”), que veiculavam uma impostação cristã. Além disso, tanto Jerônimo quanto os judeu-helenistas imprimiram a certos termos e temas interpretações dualistas ou ascéticas que atravessaram toda a teologia cristã medieval e moderna, até hoje.

A influência de Alexandria se prolongou Modernidade adentro. Os exegetas da reforma protestante, ao traduzirem os textos diretamente dos originais hebraicos, procurando voltar à

“Bíblia Hebraica”, excluíram ou puseram em apêndice os livros deuterocanônicos. Conservaram, porém, a ordem da Septuaginta, que já é um arranjo teológico, como também a semântica helenista. Assim, a pretensa “volta às origens” ficou, graças a Deus, a meio-caminho, pois é muito difícil discernir qual é a forma do Antigo Testamento que mais pesou na tradição cristã: a hebraica ou a grega?

Em nossos dias, os biblistas têm consciência disso. Os estudos sobre a semântica e a poética semítica (Alonso Schökel), o aprofundamento do estudo do Cânon (Trebolle Barrera), as descobertas de textos parabíblicos (Qumrã), o conhecimento sócio-histórico (político, cultural...) do mundo bíblico, etc., ajudaram muitíssimo a perceber que a Bíblia cristã do Antigo Testamento não é uma mera transposição das Escrituras do judaísmo em outro idioma. É uma releitura da herança de Israel que a comunidade cristã, pelo viés do judeu-helenismo, conservou... É significativo que, no mesmo ambiente em que surgiu a “Traduction Oecuménique de la Bible” – escrupulosamente fiel ao texto hebraico “oficial” (masorético), e à ordem hebraica dos livros do Antigo Testamento –, surgiu, também, a tradução separada da Septuaginta em francês, “La Bible d’Alexandrie”...

Contei tudo isso para mostrar que traduzir a Bíblia, no âmbito, cristão não é simples. Desde o início, o tradutor encontra-se diante de diversos textos que fazem valer suas prerrogativas... Acrescenta-se a questão da

<sup>4</sup> = divulgada na língua do povo comum, o latim.

<sup>5</sup> Julio TREBOLLE BARRERA, A Bíblia Judaica e a Bíblia Cristã, Petrópolis: Vozes, 1996, p. 423.

relação entre os textos oficiais das comunidades judaicas e cristãs, respectivamente, e os documentos – seja em língua original, seja em tradução antiga siríaca, egípcia, latina...) – que são anteriores à oficialização/canonização pelas comunidades religiosas, que implicou também uma revisão/homogeneização dos manuscritos... Mas isso são problemas para os especialistas.

### 3. *Nova Vulgata ou textos originais?*

Na medida em que a tradução da CNBB procura afinidade com as perícopes litúrgicas, deve, também, ser parametrada pela Nova Vulgata, já que esta é a referência do uso da Bíblia na Liturgia da Igreja romana. Esta regra suscita em muitas pessoas uma reação de desconfiança. Uma tradução que se orienta pela Nova Vulgata pode ainda ser considerada uma verdadeira tradução do texto original?

Aqui é preciso um esclarecimento. A Nova Vulgata não é um requentado da antiga “Vulgata”, feita por são Jerônimo por volta de 400 d.C., nem a edição crítica da mesma, elaborada no decorrer do século XX, mas uma tradução nova que deve servir de referência para a Igreja Católica. Evidentemente, ela segue de perto a Vulgata de Jerônimo; por isso chama-se “Nova Vulgata”. Mas ela usa como base os originais hebraicos, aramaicos e gregos hoje conhecidos, e não receia cor-

rigir, muitíssimas vezes, a venerável tradução do santo do século V. A documentação dos textos originais de que dispomos hoje é melhor que a de são Jerônimo. Os documentos descobertos neste último século se encontram integrados em edições impressas, e tanto a Nova Vulgata quanto a tradução da CNBB recorrem a essas edições. Assim, a tradução da CNBB usa os textos originais como base e a Nova Vulgata como modelo<sup>6</sup>. Normalmente, a tradução da CNBB interpreta os originais no mesmo sentido da Nova Vulgata; os casos de divergência quanto ao sentido são indicados em nota<sup>7</sup>.

Na prática, isso significa que a tradução da CNBB se insere na hermenêutica que preside a Nova Vulgata, afinada com o Concílio Vaticano II e a Constituição “*Dei Verbum*”, mantendo contudo, a liberdade científica que permite discordar de certas opções. Pois a Nova Vulgata não foi escrita pelo dedo de Deus, e na “*editio altera typica*”, de 1986, faltam até partes de versículos (p.ex., em Is 13,18). Como tradução de referência, a Nova Vulgata tem uma tendência de preferir certas interpretações ou mesmo leituras dos documentos antigos que combinam melhor com a teologia tradicional da Igreja católica. Por isso, a Bíblia da CNBB aponta outras possibilidades de interpretação, ou leitura onde é relevante. Assim, exclui-se o espírito fundamentalista, ou seja, a pre-

<sup>6</sup> A ordem dos livros bíblicos e a numeração dos versículos é a mesma da Nova Vulgata, exceto para 1-2 Macabeus, colocados pela CNBB no fim dos Livros Históricos, enquanto a Nova Vulgata os coloca depois dos Livros Sapienciais.

<sup>7</sup> Ao se conferir isso, é preciso ter cuidado. Muitas vezes não se encontrará a palavra portuguesa semelhante ao termo latino, porque no decorrer dos séculos a palavra portuguesa pode ter recebido um outro sentido. Só para dar um exemplo: *scandalum* significa “pedra de tropeço”: para expressar o que o original grego e a tradução latina quiseram dizer, o termo “escândalo”, do português de hoje, não serve.

tensão de oferecer um texto “sem interpretação” – o que é impossível.

Assim, a nova tradução brasileira baseia-se nos originais, como a própria Nova Vulgata, tomando esta por modelo, com a devida liberdade científica, no espírito do Concílio Vaticano II. Já outras traduções se orientam pelo trabalho da École Biblique de Jerusalém (a *Bíblia de Jerusalém*), de Alonso Schökel (a *Bíblia do Peregrino*), ou dos estudiosos ecumênicos de língua francesa (a *Tradução Ecumênica da Bíblia*). O importante é que o trabalho seja feito com espírito científico, e que se tenha consciência da tendência e método de interpretação que preside a cada um desses modelos. Tal variedade representa um legítimo pluralismo e enriquecimento.

#### 4. Tradução formal ou dinâmica?

Pergunta-se se a tradução deve ser formal ou “de equivalência dinâmica”<sup>8</sup>. A tradução formal seguiria a estrutura do idioma de partida, traduzindo, se possível, palavra por palavra, vírgula por vírgula (observe-se, porém, que no tempo da Bíblia não se usavam vírgulas ou pontos...). A tradução por equivalência dinâmica, pelo contrário, procuraria, primeiro, o sentido, e se adequaria ao sistema semântico do idioma de destino. Espontaneamente e em teoria, preferir-se-ia a tradução dinâmico-equivalente. A prática, porém, é mais complexa. Pois a tradição bíblica já criou seu próprio ambiente lingüístico, que até certo ponto atravessa as fronteiras dos idiomas e das épo-

cas culturais. O termo “amor” no âmbito bíblico não evoca a mesma coisa que na revista “Playboy”... Além disso, é muito difícil respeitar a “estética”, a sensibilidade própria dos textos antigos, prescindindo totalmente do seu mundo semântico. Um exemplo pode mostrar isso: na tradução “formal” de Almeida (versão “corrigida fiel”), Provérbios 5,15 soa assim: “Bebe água da tua fonte, e das correntes do teu poço”. Na tradução “dinâmica” da *Bíblia na Linguagem de Hoje*, o texto foi versado conforme seu significado em português de hoje: “Seja fiel à sua mulher e dê o seu amor somente a ela”. O sentido do provérbio, que contrasta a esposa com a mulher rameira, ficou conservado (pelo menos na primeira parte da frase), mas não deixa de ter um gosto pasteurizado (ou pastorizado?). Mataram-se as conotações poéticas e culturais. Onde fica o imaginário bíblico, a casa judaica com seu poço cuidadosamente protegido, como deve sê-lo, também, a esposa? E os rios de amor que a amada despeja sobre seu marido? Outro exemplo: conforme Almeida, quando os “irmãos” de Jesus em Nazaré “se escandalizavam nele”. Para a *Bíblia na Linguagem de Hoje*, eles “não queriam saber dele”. Aqui, o tradutor está diante de uma opção difícil. “Escandalizar” sugere a metáfora do obstáculo (gr. *skandalon*), da pedra de tropeço. A tradução “não querer saber” é muito fraca... A CNBB traduz: “Ele tornou-se uma pedra de tropeço para eles”.

A tradução por equivalência semântica corre o risco de fazer dos textos

<sup>8</sup> Cf. Wilhelm EGGER, *Metodologia do Novo Testamento*, São Paulo: Loyola, 1994, p. 62.

bíblicos não mais testemunhos de uma experiência original, mas significados globais, transponíveis de um lugar para outro. Tal princípio de tradução não é necessariamente um progresso. Pode, paradoxalmente, até promover o fundamentalismo, se o leitor supõe que o sentido existe em si, e pode ser descolado de sua encarnação lingüística original. Na minha opinião, é impossível transpor um sentido de sua encarnação original para outra. Também na lingüística reencarnação inexistente. A tradução é um dentre outros meios para tornar acessível, até certo ponto e na medida em que seja relevante, a experiência original. É um feixe de luz sobre um objeto impenetrável. Uma iluminação do objeto, uma “ilustração” no sentido original da palavra. Ao lado de outros meios, principalmente a explicação ou, como se diz em grego, a exegese. O sentido do evento bíblico-cristão é acessível, em primeiro lugar, à prática daqueles que o vivem, e, sem conhecer esta, fica difícil reencontrá-lo no documento textual, bem ou mal traduzido... Tradução sem exegese é fundamentalismo. Ora, havendo exegese, explicação, catequese, uma boa homilia, um inteligente círculo bíblico popular... o acesso ao significado original se abre não por uma mera transposição de idioma, mas por todos os meios que permitem fazer alguém participar do momento “apanhado” na fotografia que se chama “texto”. Um bom desenho ao lado do texto pode ter maior efeito de abertura de sentido do que a própria tradução. Mas as Bíblias com de-

senhos nem sempre respiram a hermenêutica mais desejável<sup>9</sup>...

Graças a Deus, o tradutor não pode fazer milagres. Não pode superar a *alteridade histórica e lingüística*. Sua tarefa não é reescrever a Bíblia, mas torná-la acessível. Se os poetas inventam metáforas, não cabe ao tradutor reduzi-las a conceitos supostamente universais.

Assim, entra em pauta uma questão fundamental: o que se pretende no âmbito de uma comunidade de fé não é uma leitura supratemporal da Bíblia, mas a memória da experiência fundadora e o reconhecimento da própria identidade. Este é o interesse da leitura cristã da Bíblia. Por isso, a leitura bíblica, na Igreja, não pode ser neutra; ela estará em intercâmbio com o espírito que a comunidade de fé respira, e, para nós, esse “Espírito” é Santo... As Escrituras devem ser interpretadas no Espírito em que foram escritas. O escopo da leitura bíblica não é a transmissão fundamentalista de conceitos universais e supratemporais, mas a continuidade dinâmica, viva e sempre atualizada da tradição fundadora. A Bíblia não é uma filosofia ou moral universal, é um *documento*, testemunha de um momento único. Seria um contrassenso querer “reescrever a Bíblia”. O maior sonho de um tradutor deve ser tornar-se supérfluo; o ideal seria que todo o mundo tivesse acesso à língua original... Não sendo possível isso, recorreremos ao exegeta, o intérprete, não do idioma, mas do acontecer inicial do sentido... E este intérprete deve ser, em última instância, a comunidade de fé

<sup>9</sup> Veja, p.ex., os desenhos doloristas que ladeiam a “gloriosa” paixão de Jesus, no Evangelho de João, na “Bíblia na Linguagem de Hoje”: o Novo Testamento, 1a. ed. brasileira de 1973.

guiada pelo mesmo Espírito que presidiu a sua eclosão. A tradução do idioma é apenas uma muleta. Por isso, repito que o círculo bíblico por excelência deveria ser a celebração da comunidade, a liturgia dominical bem preparada e participada.

Nem oito nem oitenta. Opor rigidamente tradução formal e tradução dinâmica não faz sentido. São dois princípios que devem ser articulados em função do que se pretende. Há elementos significativos que se tornam mais acessíveis por uma tradução dinâmica, enquanto outros são transmitidos por certa fidelidade formal (p.ex., o ritmo 3+2 da elegia hebraica). É convém observar que, no âmbito da comunidade de fé, certos termos conservaram significados que eles não têm no âmbito da rua. Usar palavras da rua para esses significados seria complicar inutilmente a vida do leitor/ouvinte. Mesmo quando se faz uma tradução dita “popular” é bom conservar algumas expressões tradicionais para deixar claro que se referem à experiência de fé que lhes confere seu sentido. Desejar uma Bíblia que cada qual possa ler sem passar pela iniciação comunitária (catequese, participação eclesial) é positivismo e fundamentalismo.

### *5. Linguagem popular?*

Passando assim do idioma para a linguagem, perguntamos: uma tradução destinada ao público amplo deve usar a linguagem “popular”? Que é linguagem popular? A linguagem da torcida de futebol? Os grunhidos da população dos bailes funk? Será que o povo gosta da linguagem considerada popular? O populista lingüístico dirá: se

você usa termos do dia-a-dia, o povo, pelo menos, entende de que se trata. Mas será que a realidade por trás das palavras é aquela que é apontada pelo vocabulário que se usa no dia-a-dia? Não por nada os dicionários apontam diversos sentidos para os vocábulos, dependendo de seu campo de uso e da tradição na qual se inscrevem. Os provérbios usam a linguagem que se fala na rua? Os cordéis com suas intermináveis rimas usam a linguagem do boteco? Em cada caso importa perguntar: o destinatário percebe por esta expressão a realidade sobre a qual estou dirigindo o feixe de luz da lanterna que é a linguagem? E se essa percepção de fato acontece, pouco importa se os vocábulos são populares ou não. O povo simples ouve com compreensão muitas palavras que não fazem parte de seu vocabulário comum, e até os sabe usar na circunstância certa. De vez em quando vou ao teatro. Teatro mambembe, linguagem de cordel, com “tu” e “vós” à vontade. Os espectadores entendem. O português arcaico não causa “ruído” na comunicação. O que os comunicólogos chamam de “ruído” depende muito do contexto. Quando estou lendo um livro interessante em plena rodoviária, o ruído não me incomoda. Mas quando duas fofoqueiras se põem a conversar debaixo de minha janela, não consigo ler nada. Quando eu digo “tu” a um gaúcho, seus olhos brilham (para não falar da gaúcha). Já o paulista me acha grosseiro.

Essa questão de “tu” ou “você” tem aspectos surpreendentes. Se todo mundo soubesse que o “você” se impôs nas regiões mais escravistas, porque os escravos deviam tratar seus senhores ten-

tando produzir um “Vossa Mercê”... Por isso, o “tu” sobreviveu nas regiões menos colonizadas, nas beiradas do Brasil colonial... e no subconsciente do povo que diz: “eu *te* amo”. Uma digressão: há alguns anos, o Ministério da Saúde lançou um cartaz com a seguinte letra: “Se você não cuidar, a aids vai te pegar”. Uma frase de fazer os gramáticos clássicos revirarem-se no túmulo. Alguma “Instância” mandou retirar o cartaz, mas o caso mostra que o “tu”, pelo menos “no oblíquo”, sobrevive no senso lingüístico do povo. E, cá entre nós, por que os gramáticos não permitem que se use na mesma frase “você” para o sujeito e “te” para o objeto (como também “teu” para o possessivo)? Melhor do que a atrapalhadação para inventar um pronome da terceira pessoa... quando até na boca do Presidente da República ressoa um sonoro “Ihe” na função de objeto direto!

A liturgia usa “tu/vós”. Em plena Avenida Paulista, esse tratamento pode causar ruído de comunicação (como se já não bastassem os demais). Mas, na liturgia? Diz Deuteronômio 15,11: “Uma vez que nunca deixará de haver pobres na terra, eu *te* dou este mandamento: Abre *tua* mão para *teu* irmão, *teu* necessitado, *teu* pobre em *tua* terra” A frase repete cinco vezes o pronome “teu”, para insistir na responsabilidade da comunidade de Israel, tratada como “tu”. Usando “você” (ou “vocês”, pois o texto se dirige à coletividade), como ficaria? E o vocábulo “terra”? Meu assessor sociopolítico diz que se deve dizer “país”, pois “terra” significa o planeta. Mas no tempo bíblico nem se conhecia essa distinção, e o que interessava ao antigo Israel era

terra, exatamente como aos sem-terra hoje. Procuram terra, não um país.

Encerrando essas questões lingüísticas, podemos formular o critério da tradução como segue: o feixe de luz, que é a linguagem, ilumina a experiência de fé e de solidariedade da qual somos herdeiros? Cada âmbito da vida tem seu código lingüístico. O código lingüístico de uma tradução que pretende situar-se, concomitantemente, no âmbito da celebração litúrgica e da catequese, talvez não seja o da cozinha ou da rua. Adequado será o código que dirija a compreensão para a realidade visada. Se, além disso, ele tiver beleza, fluência, calor afetivo, facilidade de memorização, melhor ainda...

## 6. A divulgação da Bíblia no meio do povo

Depois do que escrevi, alguém talvez pense que não sou muito a favor de uma “Bíblia popular”. Prefiro dizer que sou a favor de uma Bíblia que sirva para o povo. A Bíblia nunca foi “popular”, nasceu para a liturgia, numa linguagem que o povo não falava, o hebraico clássico. A Bíblia é, por natureza, um livro difícil. Em sua origem, deu ao povo de Israel seu “grande relato”. Hoje, só pode servir para o povo no contexto de uma pedagogia que abra aos ouvintes o acesso ao mundo que se esconde nas 1.500 páginas de papel. Para ser fiel ao sentido original da Bíblia, é preciso ambientá-la numa pedagogia da comunidade de fé, dar aos fiéis a possibilidade de se renovarem e regenerarem nas fontes de sua tradição. Mas essa ambientação na comunidade de fé não precisa começar por conceitos metafísicos a respeito de

Deus, pois o Deus da Bíblia é um Deus que se dá a conhecer na história do povo. Por isso, o mundo que se esconde na Bíblia pode ser iluminado a partir da dimensão sociopolítica, conhecida e relevante, também, fora do âmbito confessional. Por isso, há quem organize uma pedagogia bíblica a partir deste ângulo. Criaram-se até traduções com este enfoque. Ou, num momento em que muita gente está sem parâmetros culturais, por que não estudar a Bíblia como documento cultural e enriquecer assim a percepção dos valores da humanidade? Já temos boas traduções (as chamadas eruditas) que facilitariam bastante este enfoque.

O que seria uma ilusão é pensar que a Bíblia é acessível ao povo *só por ter uma linguagem simples*, sem maiores esforços. Muitos jovens querem ter sua Bíblia, e Bíblia completa... Mas quando a têm – na linguagem mais “de hoje” possível –, marcam o Salmo 91(90) e a parábola dos lírios do campo, e acham o resto uma chatice... Para isso não se precisava desmatar alguns campos de futebol para imprimir esses livros volumosos... Pior é que, por causa desse contato despreparado, talvez nunca mais vão abrir a Bíblia. É como tomar um bom vinho sem primeiro ter forrado o estômago com comida adequada... dá dor de cabeça!

A Bíblia não é “popular”, mas ela é um tesouro para qualquer pessoa que, de modo, adequado, procura inteirar-se dela, desde o ministro da Cultura até o manobrista do estacionamento. Será que temos as estruturas que possibilitem a toda essa gente o acesso adequado?

## 7. As traduções bíblicas no Brasil

Não pretendo fazer aqui uma avaliação das traduções bíblicas em voga no Brasil; como coordenador de uma delas, poderia cair no subjetivismo. Dentro do estilo personalizado deste artigo, prefiro dizer para que eu uso ou aconselho as diversas traduções existentes.

Quando quero ter um espelho apertuguesado do texto original, uso a tradução de João Ferreira de Almeida, versão “fiel corrigida” (ed. Sociedade Bíblica do Brasil). Mas quando, dentro do estilo da tradução formal, procuro termos mais adequados em bom português de hoje, tomo o Almeida “atualizado”. Dentro dessa abordagem, porém, Almeida sofre de duas grandes limitações: não traz os deuterocanônicos e, pelo menos na versão “fiel corrigida”, baseia-se no *textus receptus* do século XVII, e não nos documentos que vieram à luz nos últimos dois séculos, considerados mais confiáveis.

Nesta altura, muito me ajuda a *Tradução Ecumênica da Bíblia* (TEB – Ed. Loyola), que, para o Antigo Testamento, é extremamente fiel ao texto da Sinagoga (o texto masorético), trazendo em nota as outras formas do texto. Sua semântica leva em consideração a diferença cultural em relação ao mundo hebraico, mas, por isso, a tradução é menos formal e literal que a de Almeida. Traz os deuterocanônicos, e o livro de Ester até em duas versões, a hebraica e a grega. Quanto ao Novo Testamento, as notas e algumas feições do próprio texto favorecem o diálogo com as outras igrejas cristãs. Mas a versão portuguesa, que teve de levar em consideração as numerosas notas

de rodapé da original edição francesa, não conseguiu distanciar-se suficientemente desse substrato.

Para um estudo situado especificamente no âmbito católico, puxo a *Bíblia de Jerusalém* (Ed. Paulus) da estante, porque é a mais rica, entre nós, em referências de textos paralelos, e porque sua nomenclatura foi adotada, também, pelas outras traduções católicas recentes no Brasil. As notas de rodapé trazem muita informação sobre as variantes textuais e os documentos antigos, mas revelam uma preferência exagerada pelas versões antigas-siriacas, gregas, latinas -, em detrimento do texto masorético (da Sinagoga). Isso, certamente, porque, assim, se aproxima mais da tradição cristã, mas com um inconveniente metodológico. Se você traduz um texto, que talvez seja defeituoso, mas que representa uma tradição única, como o texto masorético seguido pela TEB, você traduz uma forma de texto que realmente existiu. Se você fica corrigindo o texto masorético pelas outras versões, você traduz um texto que nunca existiu tal qual - você produz um texto novo... A mesma reserva vale em relação à Nova Vulgata e, por conseguinte, à tradução da CNBB, que muitas vezes a acompanha, sobretudo quando essas variantes penetraram na tradição litúrgica.

Quando, depois disso, procuro melhorar a expressão lingüística, nunca deixo de lado a *Bíblia Sagrada*, da Ed. Vozes, e a *Bíblia Mensagem de Deus* da Liga de Estudos Bíblicos/Ed. Loyola, ambas produzidas diretamente a partir dos originais por biblistas brasileiros (aliás, em parte os mesmos). A *Bíblia* dos Capuchinhos portugue-

ses me serve de reserva, muito útil por sinal.

Com vistas à compreensão imediata pelos leitores ou ouvintes, completo meu trabalho pelas duas traduções em linguagem popular, a *Bíblia na Linguagem de Hoje* (Sociedade Bíblica do Brasil) e a *Edição Pastoral* (Ed. Paulus). Não se confundam essas duas: são profundamente diferentes. A primeira origina-se no âmbito do protestantismo presbiteriano, cioso do princípio da explicação pessoal. Procura, portanto, uma equivalência dinâmica com o texto original que torne supérflua a intervenção de alguém que explique o texto, sobretudo, de um magistério que diga como interpretar. Mas corre o perigo de dar a entender que essa interpretação, lingüísticamente equivalente, é o único significado que o texto veicula... ou seja, fecha demais a interpretação, além de muitas vezes tirar a metáfora e a poesia (como mostramos no item 4).

A *Edição Pastoral*, ao contrário, nasceu no âmbito das comunidades de base e da pastoral libertadora, fala a linguagem das comunidades, mas, usando uma terminologia e chaves de leitura bem definidas, pode também restringir por demais as possibilidades hermenêuticas. A *Edição Pastoral* traz no seu substrato muita coisa da *Nueva Biblia Española*, de Alonso Schökel e, neste sentido, participa das qualidades da próxima tradução a enriquecer nossas opções: a *Bíblia do Peregrino*, cuja publicação com notas completas já foi iniciada pelo volume do Novo Testamento, enquanto esperamos os dois volumes do Antigo (Ed. Paulus).

Finalmente, quando quero saber a

que vocabulário o povo está acostumado, dou uma olhada na *Bíblia Sagrada* da Ed. Ave Maria. E, a partir de agora, poderei consultar a bem prática e didática *Bíblia Sagrada – Tradução da CNBB* (co-edição de várias editoras), para acompanhar de mais perto os textos litúrgicos e os documentos da CNBB e, quiçá, estabelecer uma tra-

dução de referência em meio à abundância de traduções que dispomos.

---

*Johan Konings, professor de Exegese Bíblica no Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus, em Belo Horizonte, e Coordenador da Tradução da Bíblia da CNBB.*

*Endereço do autor:*

*Av. Dr. Cristiano Guimarães, 2127 – Planalto*

*31720-300 – Belo Horizonte – MG*

*Tel.: (31) 499-1600*

**QUESTÕES PARA  
AJUDAR A LEITURA  
INDIVIDUAL OU  
O DEBATE EM  
COMUNIDADE**

- 1 Qual o significado mais profundo para uma igreja local da tradução da Bíblia?
- 2 Quais as principais características da tradução da Bíblia promovida pela CNBB?
- 3 Como entender a questão da linguagem popular nas traduções da Bíblia?